

IARA GABRIELA FALEIRO DINIZ
RAÍRA EMANUELLE BARBOSA RIBAS

**A VOZ DO SILÊNCIO: UM RETRATO DA
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA GRANDE
VITÓRIA**

Viçosa-MG
Curso de Comunicação Social/Jornalismo
2014

IARA GABRIELA FALEIRO DINIZ
RAÍRA EMANUELLE BARBOSA RIBAS

A VOZ DO SILÊNCIO: UM RETRATO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA GRANDE VITÓRIA

Projeto experimental apresentado ao curso de Comunicação Social/ Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Mariana Ramalho Procópio Xavier

Viçosa-MG
Curso de Comunicação Social/Jornalismo
2014



Universidade Federal de Viçosa
Departamento de Comunicação Social
Curso de Comunicação Social/Jornalismo

Projeto experimental intitulado *A voz do silêncio: um retrato da violência doméstica na Grande Vitória*, de autoria das estudantes Iara Gabriela Faleiro Diniz e Raíra Emanuelle Barbosa Ribas, aprovado pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Mariana Ramalho Procópio Xavier- Orientadora
Curso de Comunicação Social/ Jornalismo da UFV

Profa. Ms. Hideíde Brito Torres
Curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFV

Felipe Menicucci
Jornalista, repórter TV Integração, afiliada Rede Globo

Viçosa, 31 de janeiro de 2014

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho reflete todo o esforço e aprendizado destes quatro anos de graduação. Mas para que eu chegasse a essa etapa, algumas pessoas se fizeram essenciais.

Queria agradecer, primeiramente, aos meus pais, que não mediram forças para me ajudar, mesmo que a distância, a realizar este trabalho. À minha irmã que assumiu minhas decisões em Viçosa e se tornou fundamental para que eu conseguisse me guiar em outra cidade. Aos amigos, que já deixam grandes saudades. Este sentimento, sem dúvida, veio mais cedo do que eu esperava, mas fortaleceu ainda mais a nossa amizade. À minha orientadora, Mariana Procópio, que fez o possível e o impossível para nos ajudar e abraçou este trabalho com todo seu empenho, não nos deixando desanimar diante das dificuldades.

Agradeço também ao pessoal da Rede Gazeta de Vitória, particularmente a editoria de Polícia, que me acolheu de braços abertos e me auxiliou diversas vezes durante este processo. À equipe do Plantão de Atendimento à mulher e aos investigadores da Polícia Civil, que me proporcionaram momentos cruciais para a realização do trabalho.

Por último, um agradecimento especial àquela que sonhou junto comigo: Minha amiga, companheira e integrante deste documentário, Raíra Barbosa. Sem ela, não teria sido possível concluir este trabalho. Agradeço pela paciência, apoio, amizade e por ter “segurado as pontas” do outro lado. Apesar dos obstáculos, valeu a pena porque você esteve junto comigo.

A todos que fizeram, de alguma forma, parte deste trabalho, o meu Muito Obrigada!

Iara Diniz

Todo o período de desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso é bastante tenso e exige um equilíbrio mental muito grande para que o resultado final seja positivo. Devo dedicá-lo a algumas pessoas que foram essenciais para que eu alcançasse esse estado de espírito. Em primeiro lugar, sou grata à minha família, que sempre me apoiou no caminho que escolhi seguir e torceu para que eu tivesse boas conquistas; em especial à minha mãe Milinha, meu padrao Edmar e minha irmãzinha Clara, os motivos de eu buscar ser melhor a cada dia. Agradeço também aos meus tios e padrinhos, Geraldo e Tânia, que me acolhem em todos os sentidos e acompanham de perto minha trajetória pessoal e profissional. Sem vocês eu seguramente não teria chegado aonde cheguei. Às minhas primas-irmãs Karina e Nathália, que cresceram comigo e são meus maiores pontos de apoio.

A toda a equipe da TV Viçosa, uma escola que me deu a base profissional que tenho hoje e me proporcionou grandes amizades. À minha orientadora Mariana Procópio, que, desde o início, se envolveu tanto quanto nós neste trabalho e não mediu esforços para que tudo corresse bem, apontando sempre uma solução para os problemas e servindo de estímulo diante dos obstáculos. À minha fiel companheira de curso, da vida e, como não poderia ser diferente, de TCC, Iara Diniz, que fez tudo ficar mais fácil e prazeroso com um empenho e entusiasmo iguais aos meus no decorrer da pesquisa, e se dedicou ao máximo mesmo não estando junto de mim.

Um agradecimento especial e emocionado às grandes mulheres que mostraram o rosto e a garra nesse documentário. Vocês foram os maiores motivos de não desanimarmos e tentarmos fazer o nosso melhor para que a realidade da violência doméstica seja cada vez mais questionada e combatida. Agradeço também às demais fontes que se dispuseram a contribuir conosco e foram essenciais na construção do trabalho.

Por fim, deixo o meu muito obrigada a todos os amigos da Comunicação 2010, da UFV e a todos que, a seu modo, participaram da minha caminhada. Vocês me proporcionaram os melhores anos da minha vida!

Raíra Barbosa

“Não existe mulher que gosta de apanhar. O que existe é mulher humilhada demais para denunciar, machucada demais para reagir e pobre demais para ir embora.”

Autor desconhecido

RESUMO

A voz do silêncio: um retrato da violência doméstica na Grande Vitória é um documentário produzido como Trabalho de Conclusão do curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa. O audiovisual apresenta a realidade da violência doméstica contra mulher na Grande Vitória, no Espírito Santo, estado onde mais se mata mulheres no país. Por meio de relatos de vítimas, agressores, familiares e autoridades no assunto, procuramos evidenciar este problema, reflexo da desigualdade de gênero na sociedade e que persiste mesmo com a criação de leis e políticas públicas para as mulheres. Em relação aos pressupostos teóricos, adotamos as contribuições de pesquisadores do gênero documentário, notadamente Luiz Carlos Lucena, Fernão Pessoa Ramos, Sérgio Puccini Soares e Manuela Penafria, para que pudéssemos refletir sobre as especificidades da produção desse gênero, bem como das relações dele com o jornalismo. Quanto aos procedimentos metodológicos, adotou-se a pesquisa bibliográfica, entrevistas, observação e edição do documentário.

PALAVRAS CHAVES

Violência doméstica; Documentário; Mulher; Espírito Santo.

ABSTRACT

The voice of the silence: a portrait of domestic violence in Vitoria is a documentary produced like Course Conclusion Paper of Social Communication/Journalism course of Federal University of Viçosa. The work presents the reality of domestic violence against women in Vitoria, State of Espírito Santo - which has the greatest crime rate of this kind in the country. By means of reports from victims, offenders, families and authorities, we intend to highlight the problem, which is a reflection of the gender inequality that persists in society, even with the creation of laws and public policies for women. In relation to theoretical reference, we used the contributions from documentary genre researchers, such as Luiz Carlos Lucena, Bill Nichols, Fernando Pessoa Ramos, Sergio Puccini Soares and Manuela Penafria. Thus, it was made possible to reflect on the genre production's specificities, and its relations with journalism. Regarding the methodology, it was used bibliographic research, interviews, observation and editing.

KEY WORDS

Domestic Violence; documentary; woman; Espírito Santo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER	12
1.1. A violência doméstica.....	14
1.2. Lei Maria da Penha: esmiuçando detalhes.....	16
1.3. Violência contra a mulher na Grande Vitória.....	20
1.4. Homicídios e falhas no atendimento.....	23
CAPÍTULO 2: A RELAÇÃO ENTRE DOCUMENTÁRIO E JORNALISMO	24
2.1. Documentário: conceitos e definições.....	24
2.2. Documentário como gênero jornalístico.....	28
2.3. Divergências entre documentário e reportagem.....	31
2.4. Roteiro de documentário.....	33
2.5. Ética no documentário.....	35
CAPÍTULO 3: RELATÓRIO TÉCNICO	38
3.1. Pré-produção.....	38
3.2. Produção.....	40
3.2.1. Apresentação dos personagens.....	41
3.2.2. Gravações.....	42
3.3. Pós-produção.....	48
3.4. Imagens, edição e arte.....	50
3.5. Orçamento, materiais e cronograma.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
ANEXOS	55

INTRODUÇÃO

As relações de poder entre homens e mulheres construídas historicamente refletem, ainda hoje, nas desigualdades de gênero. Mesmo diante das conquistas da mulher brasileira ao longo dos anos, como o direito ao voto, participação na vida política e leis específicas para elas, ainda vivemos em uma sociedade patriarcal e tradicionalista, na qual a maioria das mulheres se encontra em situação de submissão aos homens e estes, por sua vez, ocupam uma posição de domínio e poder, marcada intrinsecamente pelo machismo.

Esse cenário fica demarcado até mesmo nas relações de trabalho, contexto no qual as mulheres ainda lutam para ter as mesmas oportunidades e receber os mesmos salários dos homens, o que ainda hoje apresenta forte disparidade. Criou-se o lugar do homem e o da mulher, onde as oportunidades são maiores para os que pertencem ao sexo masculino. A maneira como essas relações de gênero são vistas e tratadas levam muitas vezes à discriminação, uma das raízes da violência contra a mulher.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), cerca de 70% das mulheres sofrem algum tipo de violência no decorrer de sua vida, e, a cada hora, dez mulheres são violentadas no Brasil¹. A mesma pesquisa afirma que uma em cada quatro mulheres sofre com a violência doméstica e, a cada 15 segundos, uma delas é atacada em todo o território nacional. Esses índices colocam o país em 7º lugar no ranking dos países com maior taxa de homicídio de mulheres, de acordo com o Mapa da Violência do Instituto Sangari².

No Espírito Santo, os dados são ainda mais alarmantes. O estado lidera o ranking nacional de mortes de mulheres. O índice chega a 11,24 mortes por 100 mil mulheres, quase o dobro da taxa nacional, de 5,82 por 100 mil³. Entre os tipos de violência, as agressões físicas predominam, sendo responsáveis por 81,8% dos casos, muitas vezes associadas a outros tipos de violência, como a psicológica.

Apesar de ser mais frequente e identificada pelas mulheres, a violência não se refere apenas à agressão física, mas também a qualquer outra que fira a integridade corporal, sexual, moral e psicológica. Na maioria dos casos, ela acontece dentro de casa, no ambiente familiar, de onde se espera segurança.

¹ Disponível em: <http://www.onu.org.br/unase/sobre/situacao/>. Acessado em: 17/07/2013.

² Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2012/05/brasil-e-o-7-pais-com-mais-homicidios-de-mulheres.html>. Acessado em 17/07/2013.

³ Disponível em “Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil”- pesquisa realizada pelo Ipea10 no dia 25 de setembro de 2013. Acessado em 19 de dezembro de 2013.

Grande parte das mulheres sofre algum tipo de violência diariamente e sequer chega a perceber. Quando percebem, algumas acabam escondendo o crime por motivos diversos, como medo, culpa ou dependência. Apesar do número de denúncias ter aumentado no país cerca de seis vezes desde a criação da Lei Maria da Penha⁴, em 2006, muitas mulheres não chegam a denunciar o crime, o que agrava ainda mais a situação, já que isso contribui para a continuidade do ciclo de violência. Na Grande Vitória, 60% das agredidas não denunciam e só buscam a delegacia em uma situação limite, quando a sua vida ou a de seus filhos estão em perigo⁵.

Diante desses dados e da progressão das taxas de violência doméstica no Espírito Santo, vimos a necessidade de discutir o assunto e retratá-lo através de um gênero pouco explorado pela mídia local, a saber, o documentário. Outro fator que serviu como motivação para realização do trabalho foi a nossa afinidade com o tema e a preocupação de ambas com o atual cenário de violência contra a mulher no país.

Nosso objeto de pesquisa parte, assim, de uma situação da realidade. Apesar da existência de leis, medidas protetivas e mecanismos empregados na fiscalização e atendimento às mulheres no estado capixaba, muitas ainda morrem violentadas. Verifica-se que na Grande Vitória há falhas nos programas e que algumas medidas são insuficientes no combate ao crime e para assegurar a vida da mulher.

Assim, faz-se vista a utilização da mídia e o desenvolvimento de produtos que deem ênfase ao problema, expondo suas diversas faces para a sociedade e atingindo um número cada vez maior de pessoas. O documentário produzido visa explorar, desta forma, um tema visto diariamente nos noticiários, mas pouco aprofundado pelos meios de comunicação locais.

O objetivo do trabalho é problematizar e evidenciar a discussão do tema, tratando das diferentes formas de violência e demonstrando as consequências resultantes desse ato. A intenção é retratar a realidade capixaba de maneira mais profunda. Apesar de as estatísticas serem surpreendentes, somente elas não seriam suficientes. Procuramos, então, ilustrar esses índices alarmantes com depoimentos de pessoas diretamente ligadas ao tema. A fim de obter mais intensidade nas respostas e tentar compreender a condição humana das fontes, optamos

⁴ Dados obtidos em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/03/130308_violencia_mulher_brasil_kawaguti_rw.shtml. Acessado em 19 de dezembro de 2013.

⁵ Dados obtidos do Mapeamento e perfil sócio-demográfico dos agressores e das mulheres que procuram a delegacia especializada em atendimento à mulher em Vitória. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278008189_ARQUIVO_TrabalhoprontoparapublicacaoFG_9.pdf Acessado em 19 de dezembro de 2013.

pela realização de entrevistas em profundidade. Por meio de relatos de vítimas e de especialistas no assunto, vamos mostrar a dificuldade encontrada por muitas mulheres ao fazer denúncias. Pretendemos, com a veiculação deste trabalho, estimular as vítimas de violência doméstica a denunciarem a agressão, mostrando que a vida delas se transforma quando se livram desse ciclo.

Dito isso, apresentamos agora a estrutura das páginas que se seguem. O memorial está estruturado em três capítulos: dois de ordem teórica e um relatório técnico da produção. O primeiro capítulo traz um histórico sobre as conquistas das mulheres durante os séculos e expõe como as desigualdades das relações de gênero têm influenciado no aumento da violência e discriminação do sexo feminino. Trazemos dados da realidade capixaba e buscamos explicar os altos índices de homicídios de mulheres no estado, além de abordarmos as diferentes formas de violência, o ciclo e as dificuldades encontradas pelas vítimas.

O segundo capítulo aborda o documentário como um gênero que proporciona liberdade de criação e utilização de recursos de ficção. O gênero é apresentado como a reconstrução da realidade, que ainda gera muitos debates sobre ser ou não um relato ficcional. Neste capítulo, trazemos também a relação do documentário com o jornalismo, destacando as aproximações e divergências entre eles.

No último capítulo, apresentamos o relatório técnico, com a metodologia utilizada e as etapas do processo de produção do documentário, dividido em pré-produção, produção e pós-produção. Informamos também os gastos necessários para a obtenção do produto e o cronograma de atividades. Por fim, apresentamos as considerações finais, com nossas impressões pessoais a respeito do trabalho.

CAPÍTULO 1: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NA GRANDE VITÓRIA

A trajetória da mulher brasileira na sociedade sempre foi marcada por lutas, muitas barreiras e lentas conquistas em relação à igualdade de gênero. Mesmo em 1822, quando entrou em vigor a primeira Constituição do país, mulheres e homens não eram tratados de forma equivalente. Naquela época, a constituição não considerava a mulher como cidadã, podendo esta apenas trabalhar, mas não ser funcionária pública nem participar da vida política, direito exclusivo dos homens. Em 1824, a promulgação da Constituição Política do Brasil Império compreendia artigos que garantiam direitos civis e políticos aos brasileiros, mas também privava as mulheres de qualquer direito político.

A primeira Constituição a ser apregoada por meio de Assembleia Constituinte foi a de 1891, que previa o direito ao voto para todos os homens alfabetizados e acima de 21 anos e restringia à mulher o voto de obediência. A exclusão destas ao sufrágio, isto é, à liberdade de votar, não era explícita na constituição, já que elas sequer eram consideradas cidadãs. A introdução do sufrágio feminino só veio a acontecer em 1934, na Constituição da República Nova, e em 1937, no governo Vargas, a Constituição Federal passou a considerar o eleitorado feminino como membro da sociedade civil.

Somente na Constituição da República Populista, em 1946, é que alguns direitos restritos pelo autoritarismo foram garantidos novamente. Destaca-se a luta das mulheres pelos direitos civis, culminando no Estatuto da Mulher Casada, aprovado em 1962. Ele contribuiu para que o homem deixasse de ser o líder absoluto da família, pois considerava a mulher como colaboradora do marido nos encargos da sociedade conjugal. Ressalta-se também a luta das mulheres contra o regime militar durante a ditadura, que se uniram para mudar a situação de tortura que envolvia seus filhos e maridos. A atitude foi bastante valorizada pelos grupos sociais e políticos da época.

Finalmente, com o decreto da Constituição Federal de 1988, homens e mulheres foram igualados perante a lei, através do artigo 5º, inciso 1º, que diz:

Artigo 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes. Inciso I: - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988).

Assim, as mulheres passaram a ter acesso à cidadania por meio dos direitos civis, políticos e sociais garantidos pela lei. Essa constituição também as beneficiou com alguns direitos exclusivos, como a licença maternidade e menor tempo de serviço antes de se aposentar. Foi a partir dela, ainda, que veio à tona a discussão da violência doméstica. Pela primeira vez, essa questão passou a ser de responsabilidade pública, levando a Constituição a propor medidas de coibição do problema no Brasil. Porém, não se discutia exclusivamente a violência contra a mulher no âmbito familiar, e sim contra qualquer membro, como crianças, idosos e jovens, que também eram foco de atenção e tutela, o que resultava em uma diluição do problema enfrentado pelas mulheres, maiores vítimas deste crime (RAIMONDI, 2013).

Os movimentos feministas que surgiram na década de 70 e ganharam força na seguinte foram fundamentais para que a mulher recebesse atenção especial e para que a violência de gênero começasse a ser discutida e denunciada, inclusive pela mídia. Começaram a surgir organizações de apoio à mulher vítima de violência, sendo que a primeira foi instaurada no Rio de Janeiro em 1981 e recebeu o nome de SOS Mulher. Logo depois, em 1985, foi criada a primeira Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) em São Paulo, sendo seguida por diversos outros estados, inclusive o Espírito Santo, que recebeu a sua primeira sede neste mesmo ano. Em 1992, já havia 141 delegacias em todo o território nacional (Pinto, 2003 *apud* Nader, 2013). O objetivo das DEAMs é fiscalizar qualquer ato de violência contra a mulher, criminalizando e punindo os transgressores da lei (RAIMONDI, 2013).

Tendo em vista que muitas mulheres “procuravam as DEAMs não querendo criminalizar o parceiro, mas renegociar o pacto conjugal a partir da utilização do poder policial para o acionamento de uma forma extraoficial de arbitragem nos conflitos conjugais” (RAIMONDI, 2013, p28), isto é, com a intenção de que a polícia apenas cessasse aquele momento de violência e não interferisse no relacionamento, as delegacias e o movimento feminista se viram frente a uma necessidade de se pensar novos mecanismos de combate aos crimes. Assim, iniciou-se uma mobilização em parceria com órgãos não governamentais e, em 2003, foi criado o Consórcio Feminista, composto por diversas associações que tinham o mesmo intuito, o de manter diálogo com o governo para propor melhorias no atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica e indagar as consequências sociais do crime (RAIMONDI, 2013). Essa série de debates e indagações levou à criação, em 2006, da Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, que foi um marco da história de luta das mulheres pela igualdade de gênero e, por isso, será abordada mais profundamente mais à frente.

A Lei Maria da Penha abriu as portas para grandes e importantes conquistas das mulheres na sociedade, como a criação das Secretarias de Políticas para Mulheres, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, além de diversas políticas públicas e leis específicas para elas, bem como maior espaço na mídia. Contudo, a violência de gênero ainda se manifesta em números exorbitantes em todo o país, principalmente dentro das casas, ambiente geralmente associado a segurança e abrigo. Os rastros de uma sociedade patriarcal e alicerçada na estrutura de família tradicional ainda atingem mulheres por toda parte. No Espírito Santo, mais especificamente na região da Grande Vitória, essa situação evidencia todos os dias a necessidade de trazer o assunto à discussão pública.

1.1 A violência doméstica

A violência contra a mulher é considerada como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”⁶. Ela inclui não apenas a agressão física, mas também ameaças e chantagens, tendo início, na maioria das vezes, nessas últimas. Porém, atos violentos comumente não são percebidos nem mesmo pela própria vítima, deixando de ser denunciados. Mesmo depois da criação da Lei Maria da Penha, a violência é significativamente expressiva. De acordo com um mapa nacional da violência divulgado no site da Polícia Civil de Goiás em 2012⁷, seis em cada dez brasileiros conhecem alguma mulher que foi vítima de violência doméstica. Ainda de acordo com os dados, o local onde elas são mais violentadas é a sua própria residência, independente da faixa etária. A Lei Maria da Penha, em seu artigo 5º, considera a violência doméstica como aquela praticada no espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar (BRASIL, 2006).

Apesar de a violência física ser a mais conhecida, a violência doméstica se manifesta por meio de outras agressões, como a psicológica, moral, patrimonial e sexual. Embora possam ser praticados isoladamente, em geral os tipos de violência estão entrelaçados e trilham um percurso comum. A maioria dos casos registrados no mundo se dá como um processo, e não como um ato único. Para Miller (2002 *apud* Silva, 2007, p.99), o agressor, “antes de poder ferir fisicamente sua companheira, precisa baixar a auto-estima de tal forma que ela tolere as agressões”.

⁶Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acessado em 22 de julho de 2013.

⁷Disponível em: <http://www.policiacivil.go.gov.br/deam>. Acessado em 22 de julho de 2013.

Em seu artigo *Violência Silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica*, Silva (2007) faz um estudo sobre os caminhos da violência psicológica no interior da família até se tornar violência física. Embora comum, a psicológica, assim como a moral e a patrimonial, se manifesta de maneira sutil, por isso muitas vezes é difícil identificá-la. Não raramente, ela aparece diluída ou mascarada por outros problemas que costumam ser justificados pela própria pessoa agredida, como desemprego, problema de renda, estresse acumulado, consumo de álcool etc. Ainda, a denúncia destes tipos de violência costuma ser negligenciada tanto pela mídia quanto pelos centros de atendimento, por não apresentarem provas físicas da agressão e não terem consequências graves aparentes à vida da vítima.

Rechtman e Phebo (2000) apontam a conformação da vítima com as primeiras atitudes de violência como um dos fatores desencadeadores de outros tipos de agressões, favorecendo que elas aconteçam cada vez mais fortes e configurando o ciclo da violência, uma sequência de xingamentos e espancamentos que pode chegar até a assassinatos. Esse ciclo está presente em quase todos os casos e compreende quatro períodos: tensão (quando o clima começa a pesar entre homem e mulher e as discussões e brigas passam a ficar frequentes), agressão (quando a violência se consolida, ou seja, é o próprio ato), reconciliação (período de arrependimento por parte do agressor, no qual ele geralmente pede desculpas e promete mudança) e lua de mel (curto período onde a calma se estabelece e tudo parece ter voltado ao normal). Na maioria das situações de violência em que a mulher não denuncia, o ciclo se repete, podendo acontecer inúmeras vezes e aumentando a frequência ao longo do tempo, até que chega ao ponto de pular períodos, como o de lua de mel.

Estudos mostram que homens que violentam suas companheiras tendem a reproduzir nas suas relações sociais, em especial com suas companheiras e filhos, algum tipo de violência sofrido ou presenciado durante a infância. Um relatório realizado por Day *et al* (2003), *Violência doméstica e suas diferentes manifestações*, apresentou alguns fatores que levam à agressão, dividindo-os em três categorias: pessoais, situacionais e sociais. A primeira engloba dificuldades particulares, como ter presenciado ou sofrido casos de violência e/ou abuso na infância, ter tido pai ausente, ter consumido drogas, estar com problemas na relação e deixar de dominar as finanças e as decisões da família. Como fatores situacionais, destacam-se os problemas no trabalho, o desemprego, a pobreza e a convivência com amigos delinquentes. Já os fatores sociais estão relacionados, prioritariamente, à tradição dominante do homem sobre as mulheres em nossa sociedade. Soma-se a isso a aceitação da violência

como meio de resolver os conflitos e o conceito de masculinidade ligado à honra, dominação e agressão.

Apesar da relação de dominação do homem sobre a mulher ter sido pauta de muitas discussões e questionamentos a partir do século XX e de terem sido criadas leis e políticas públicas em defesa da mulher, os índices de violência ainda são elevados e o número de homicídios idem. Segundo o Mapa da Violência apresentado anteriormente, só de 2000 a 2010 mais de 43 mil mulheres foram assassinadas no país. Assim, faz-se vista a utilização da mídia e o desenvolvimento de produtos que deem ênfase ao problema, expondo suas diversas faces para a sociedade e atingindo um número cada vez maior de pessoas. O documentário realizado visa explorar, desta forma, um tema visto diariamente nos noticiários, mas pouco aprofundado pela mídia.

1.2 A Lei Maria da Penha: esmiuçando detalhes

Sancionada em 7 de agosto de 2006 pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei nº 11.340/06⁸ da Constituição Federal, conhecida como Lei Maria da Penha, foi instaurada com o objetivo de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil. Ela recebeu esse nome como uma forma de homenagem à história da biofarmacêutica brasileira Maria da Penha Maia Fernandes, que, em 1983, sofreu duas tentativas de homicídio por parte de seu marido, sendo uma eletrocussão e um tiro nas costas que a deixou paraplégica. Somente 19 anos depois, seu agressor foi preso e condenado a oito anos de prisão, e mesmo assim, cumpriu menos de um terço da pena e hoje está em liberdade condicional. A morosidade e a impunidade da justiça para agir neste caso, fez com que a sociedade começasse a cobrar mais do Estado uma posição menos omissa e negligente em relação à violência doméstica.

A lei contém 46 artigos dispostos em sete títulos que preveem medidas de diferentes naturezas para garantir mais direitos às mulheres e melhor subsídio psicológico, jurídico e social em caso de agressão. Em termos gerais, ela categoriza os tipos de violência contra a mulher – física, psicológica, sexual, patrimonial e moral –, propõe mecanismos de assistência à vítima, incluindo serviços de saúde e atendimento policial e jurídico, instaura as chamadas medidas protetivas e estabelece pena de três meses a um ano para o agressor.

⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm Acessado em 22 de julho de 2013

As medidas protetivas foram uma grande conquista dessa lei, já que antes o juiz não podia proibir ou limitar o espaço de circulação do agressor ou o contato deste com a vítima. A partir de 2006, ficou definido que era papel do juiz: encaminhar a mulher agredida a um programa de proteção e assegurar sua permanência até o afastamento do agressor do local de convivência, determinar a separação de corpos e a restituição de bens que porventura foram furtados pelo agressor, suspender a posse de armas para o agressor, proibir certas condutas do agressor como frequentar os mesmos lugares que a agredida ou se aproximar dela e de seus familiares e testemunhas, sendo obrigado a respeitar um limite de distância definido pela autoridade, entre outros (BRASIL, 2006).

Outros grandes avanços foram alcançados a partir da Maria da Penha como a proibição das penas pecuniárias em casos de violência doméstica, ou seja, o pagamento em forma de multa, cesta básica ou serviço prestado a instituições. Além do mais, esse tipo de crime passou a não ficar mais nas mãos dos Juizados Especiais, responsáveis pelos chamados “pequenos litígios”, questões mais simples, passando agora aos cuidados dos Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. O que também era um problema e a lei procurou solucionar foi a entrega da intimação ao agressor, que antes era feita pela vítima, o que a deixava exposta e vulnerável. Agora, a responsabilidade é da instância jurídica responsável pelo caso.

O processo de denúncia também foi alterado. Entendendo que a violência é mais que um problema pessoal, mas social, a vítima não pode mais retirar a denúncia na delegacia, como se fazia com frequência antes. A partir da lei, uma vez feita a denúncia, a mulher só pode desistir do processo perante o juiz. O objetivo é que, mesmo sem que a vítima formalize a queixa, a lei possa agir na penalização do agressor. O segundo argumento diz respeito ao impacto para a sociedade de que a violência doméstica é um crime e mesmo sem a formalização da queixa por parte da vítima, o agressor poderá ser penalizado.

O quadro abaixo explicita alguns dos principais progressos advindos da Lei Maria da Penha:

QUADRO 1: Conquistas da Lei Maria da Penha

ANTES DA LEI MARIA DA PENHA	DEPOIS DA LEI MARIA DA PENHA
Não existia lei específica sobre a violência doméstica.	Tipifica e define a violência doméstica e familiar contra a mulher e estabelece as suas formas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.
Não tratava das relações entre pessoas do mesmo sexo.	Determina que a violência doméstica contra a mulher independe de orientação sexual.
Nos casos de violência, aplica-se a lei 9.099/95, que criou os Juizados Especiais Criminais, onde só se julgam crimes de "menor potencial ofensivo" (pena até 2 anos).	Retira desses Juizados a competência para julgar os crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher.
Esses juizados só tratavam do crime. Para a mulher resolver o resto do caso, as questões cíveis (separação, pensão, guarda de filhos) tinha que abrir outro processo na vara de família.	Serão criados Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência cível e criminal, abrangendo todas as questões.
Permite a aplicação de penas pecuniárias, como cestas básicas e multas.	Proíbe a aplicação dessas penas.
A autoridade policial fazia um resumo dos fatos e registrava num termo padrão (igual para todos os casos de atendidos).	Tem um capítulo específico prevendo procedimentos da autoridade policial, no que se refere às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.
A mulher podia desistir da denúncia na delegacia.	A mulher só pode renunciar perante o Juiz.
Era a mulher quem, muitas vezes, entregava a intimação para o agressor comparecer às audiências.	Proíbe que a mulher entregue a intimação ao agressor.
Não era prevista decretação, pelo Juiz, de prisão preventiva, nem flagrante, do agressor (Legislação Penal).	Possibilita a prisão em flagrante e a prisão preventiva do agressor, a depender dos riscos que a mulher corre.
A vítima nem sempre era informada quanto ao andamento do seu processo e, muitas vezes, ia às audiências sem advogado ou defensor público.	A mulher será notificada dos atos processuais e terá que ser acompanhada por advogado, ou defensor, em todos os atos processuais.
A violência doméstica e familiar contra a mulher não era considerada agravante de pena. (art. 61 do Código Penal).	Esse tipo de violência passa a ser prevista, no Código Penal, como agravante de pena.
A pena para esse tipo de violência doméstica e familiar era de 6 meses a 1 ano.	A pena mínima é reduzida para 3 meses e a máxima aumentada para 3 anos.
Não era previsto o comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação (Lei de Execuções Penais).	Permite ao Juiz determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação.
O agressor podia continuar frequentando os mesmos lugares que a vítima frequentava. Tampouco era proibido de manter qualquer forma de contato com a agredida.	O Juiz pode fixar o limite mínimo de distância e até o contato entre o agressor e a vítima, seus familiares e testemunhas.

Fonte: RAIMONDI, 2013.

Se por um lado a lei foi um incentivo a mais para que as mulheres denunciasses e se sentissem respaldadas pela justiça, por outro elas nem sempre recebem esse apoio na prática. A falta de estrutura adequada e de profissionais preparados para lidar com esse tipo de crime acaba levando a uma ineficiência do processo (MORAES, 2013). Muitos policiais não recebem treinamento necessário e tendem a tratar com negligência as vítimas; conseqüentemente, casos que deveriam ser encaminhados à autoridade competente acabam sendo ignorados. O mesmo acontece com outros profissionais envolvidos diretamente com o problema, como assistentes sociais, enfermeiros e psicólogos.

Durante o período de análise do quadro de violência doméstica contra a mulher na Grande Vitória⁹, observamos que a lei falha em alguns aspectos, a começar pela possibilidade de fiança. Muitas mulheres temem denunciar por medo de o agressor não ser condenado e acabar voltando a agredi-la, e é o que acontece grande parte das vezes. Presenciamos casos de flagrantes no Plantão da Mulher de Vitória em que o agressor pagou o valor de fiança estipulado pela juíza e saiu na mesma noite da denúncia, outros no outro dia. Um número considerável de mulheres que chega a ter coragem de procurar ajuda na delegacia está vivendo sob ameaça e medo diariamente, e saber que a denúncia pode não ser suficiente para mantê-la segura e livre da violência é um fator que a fragiliza e faz questionar a plena eficácia da lei.

Pudemos presenciar também exemplos de despreparo profissional e desmotivação por parte de alguns policiais. Alguns se mostraram inaptos a abordar as vítimas, tratando-as por vezes com impaciência e insensibilidade. Como justificativa, muitos deles se queixam do enorme número de desistências e boletins de ocorrência que não viram denúncia, o que faz com que eles se sintam realizando um trabalho “inútil”.

Em uma entrevista concedida em dezembro de 2013 ao programa 3 a 1, da TV Brasil, a própria Maria da Penha, líder de movimentos de defesa das mulheres e engajada na causa feminista, afirmou que a lei que levou o seu nome, embora tenha trazido conseqüências ótimas, precisa ainda ser aprimorada com a criação de novas políticas públicas, órgãos de apoio e centros de referência. De acordo com ela, “não adianta ter a política pública se quem está trabalhando não for sensível e não for capacitado” (Fernandes, 2013 *apud* Peduzzi, 2013).

⁹ O período de análise corresponde às fases de pré-produção e produção do documentário por nós desenvolvido. O período compreende os meses de setembro a dezembro de 2013.

1.3 A violência doméstica contra a mulher na Grande Vitória

As mulheres no Espírito Santo representam mais da metade da população. São 1.783.234 que compõem 50,8% das pessoas que habitam o estado (IBGE, 2010). Elas apresentam uma parcela expressiva economicamente ativa, e têm buscado sua independência ao se inserirem no mercado de trabalho. Apesar de ocuparem o espaço físico de forma igual aos homens, essa igualdade não se reflete no espaço social. Muitas mulheres sofrem violência dentro de suas próprias casas. Dados do Centro Integrado de Operações e Defesa Social (CIODES) apontam que, só no ano de 2013, entre os meses de janeiro e outubro, foram registrados 4856 casos de violência doméstica no estado. No mesmo ano, a Região Metropolitana da Grande Vitória (formada pelas cidades de Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica) registrou 4.701 casos, sendo que 1.205 foram só no município de Vila Velha. Entre os tipos de violência, as agressões físicas predominam (englobam desde tapas até espancamentos), sendo responsáveis por 81,8% dos casos, sendo seguidas e muitas vezes associadas a outros tipos de violência, como a psicológica (RAIMONDI, 2013).

É importante considerar que a violência doméstica contra a mulher não é um fenômeno isolado e sem repetições. As agressões verbais, chantagens, crises de ciúmes e ameaças, são, na maioria das vezes, desencadeadoras de um processo cíclico de violência. Esse ciclo pode ser confirmado durante os depoimentos das vítimas e a observação do registro dos boletins de ocorrência nos plantões, em que a maioria das mulheres relatou já ter sofrido algum ataque verbal.

Apesar de verem esse tipo de agressão como ato violento, a maioria não sabe que é abarcado pela Lei Maria da Penha. Infelizmente, esta falta de informação e de entendimento da lei ainda vitimiza muitas mulheres. A vergonha também é um dos fatores que impede que elas contem a verdade, principalmente em casos de violência sexual. Notou-se que há um número reduzido de ocorrências desse caráter, e que muitas vítimas se sentem coibidas a denunciar por “pressupor revelar o que há de mais secreto nelas, a intimidade sexual” (MATOS; SOIHET, 2003, p. 18 *apud* NADER, 2013, p. 7).

Apesar de já existirem leis que condenem a violência doméstica contra o gênero feminino, os índices no Espírito Santo apontam para outra realidade. Para a estudiosa Maria Beatriz Nader (2010), a presença de comportamentos e visões de mundo característicos de regiões interioranas, onde o homem é quem toma as decisões, é um dos fatores responsáveis pelos elevados casos na Grande Vitória. “Com a chegada dos migrantes nos anos de 1970,

1980 e 1990, a maioria vindo do interior trazendo sua cultura rural também hierarquizada sexualmente, a miscigenação exacerbou a violência contra a mulher” (NADER, 2010, p.01).

Segundo a autora, a recente urbanização na região, principalmente na capital, trouxe um grande contingente de migrantes interioranos. Com normas de conduta e valores, em sua maioria, patriarcais, eles transmitiram para os centros urbanos padrões de comportamento e hierarquização na relação com o sexo feminino. Verificando as denúncias já registradas na Delegacia da Mulher de Vitória, nota-se um número significativo de agressores vindos do interior. Na maioria dos casos, a mulher é agredida por não aceitar ser submissa e dependente, rompendo com os padrões de poder sobre ela.

A transformação no comportamento da mulher é reflexo, também, do processo de migração. A urbanização as trouxe para a sociedade, para o mercado de trabalho. A presença delas passou a ser discutida e ganhou força com o movimento feminista, superando a ideia das mulheres apenas como mães e esposas. A modificação desses papéis ocasionou a reação violenta dos homens, que, apegados ao modelo patriarcal, usam a violência como forma de mostrar “quem manda”.

O crescimento no número de denúncias no estado reafirmou esta relação. As mulheres ganharam força para exigir a criação de serviços públicos que as atendessem e modificassem a legislação. Com o objetivo de dar às vítimas atendimento correto e necessário, foi fundada, em 1985, a Delegacia Especializada de Atendimento à mulher vítima de violência do Espírito Santo (DEAM- ES), hoje, DEAM de Vitória. O órgão, que se mostrou fundamental na luta contra a violência, abriu espaço para a criação de outras delegacias no interior do estado e a compreensão do problema em cada lugar.

Apesar de a violência doméstica não escolher raça, classe ou idade, segundo mapeamento realizado pela DEAM de Vitória, a maioria das vítimas tem entre 26 e 30 anos e são dependentes da renda do companheiro. Muitas “aguentam” a violência durante anos por não possuir emprego e não ter como se sustentar. Sessenta por cento das agredidas não denunciam e só busca a delegacia em uma situação limite, quando a sua vida ou a de seus filhos estão em perigo. Mesmo sendo maior o número de vítimas em periferias, os bairros nobres da capital têm se destacado nos índices da região, o que mostra que a violência não escolhe classe social. Nesses lugares, os alvos são mulheres mais jovens do que as da faixa etária incidente, principalmente estudantes universitárias, que denunciam agressões cometidas pelos namorados, companheiros.

A fim de dar continuidade ao trabalho realizado pelas delegacias e auxiliar as vítimas no combate à violência, foram criados órgãos e unidades de atendimento às mulheres nos mais variados aspectos. As casas abrigo na Grande Vitória surgem para dar moradia e proteção integral à vítima em situação de risco de morte iminente. O local é um lar temporário, mantido em sigilo, onde as mulheres se instalam até possuírem condições necessárias para retomar suas vidas sem perigo. Elas contam com atendimento psicológico durante este tempo e são escutadas e instruídas em cada situação. É preciso, além de um trabalho de acolhimento, um trabalho social para que não convivam com o medo e voltem a se relacionar com as pessoas.

O trabalho psicológico realizado com as vítimas é essencial para que a situação de violência seja superada, assim como as consequências físicas e emocionais advindas dela. As leituras realizadas por nós acerca do tema ancoram a violência doméstica como um problema de ordem social patriarcal, sendo um dos fatores de influência na região os padrões interioranos ainda vigentes. Para que estes padrões sejam rompidos, infere-se necessária a moderação nas relações entre vítima e agressor. Tendo isso em vista, a capital capixaba criou um Centro de Atendimento às Vítimas de Violência e Discriminação (CAVVID), que trabalha a dimensão de relacionamentos violentos com a família. O objetivo do centro é reestruturar as relações entre vítimas e agressor, já que o atendimento é feito pela demanda da vítima, que, na grande maioria dos casos, ainda vê uma solução para a melhoria da relação. Há, assim, um fortalecimento de mecanismos psicológicos e sociais para que possam enfrentar e superar a situação de violência na qual estão envolvidas. O que esse atendimento busca é a mudança de comportamento tanto da vítima quanto do agressor, para que, se for o desejo de ambos, eles possam voltar a conviver sem medo e insegurança.

Vendo a carência da Lei Maria da Penha em alguns aspectos, conforme já discutido anteriormente, e a necessidade de fiscalizar as medidas protetivas em favor das vítimas de violência, a Coordenadoria de Violência Doméstica e dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Espírito Santo criou em 2013 um Dispositivo de Segurança Preventiva (DSP). O botão do pânico, como ficou conhecido, é um aparelho tecnológico simples e barato que, quando acionado pela mulher, envia para os guardas municipais, em menos de três segundos, informações sobre a vítima e agressor, medidas protetivas recebidas, localização do crime e áudios que podem ser gravados para narrar a situação e conduzir o preparo dos policiais. O aparelho agiliza o trabalho da polícia e facilita os flagrantes, uma vez

que se gasta de 3 a 9 minutos para chegar ao local. Além disso, ele tem feito com que as vítimas se sintam mais seguras para andar nas ruas e voltar ao curso normal de suas vidas.

1.3.1 Homicídios e falhas no atendimento

O Espírito Santo é o número um no ranking nacional de taxas de homicídios de mulheres. O índice chega a 11,24 mortes por 100 mil mulheres, quase o dobro da taxa nacional, de 5,82 por 100 mil¹⁰. Segundo dados do Instituto Sangari, Vitória é a capital mais violenta do país, com 13,2 homicídios a cada 100 mil mulheres¹¹.

Os dados refletem um dos grandes problemas sociais do estado: a violência. Apesar da existência de leis, medidas protetivas e mecanismos empregados na fiscalização e atendimento às mulheres, muitas ainda morrem violentadas. Verifica-se que na região há falha nos programas e que algumas medidas são insuficientes no combate ao crime. É necessário ser eficaz desde o atendimento a agressões psicológicas e morais até a fiscalização do cumprimento de medidas protetivas que assegurem a vida da mulher.

Segundo o estudo, as principais vítimas de feminicídio são as mulheres jovens, com idade entre 20 e 29 anos, que representam 31% das vítimas. A maioria delas foi morta por meio de crimes cruéis, já tinha sofrido violência anteriormente e estava sob medida protetiva.

Diante da problemática e visando registrar e intensificar as ocorrências concernentes à Lei Maria da Penha, foi criada a Delegacia de Homicídios e Proteção às Mulheres em Vitória (DHPM). Com uma equipe diferenciada, o órgão tem a finalidade de construir mecanismos que coíbam a violência doméstica contra a mulher. A designação de uma delegacia especializada para este tipo de crime demonstra a preocupação com os altos índices de homicídios no estado e garante mais eficácia na realização de investigações. A delegacia configura uma importante ferramenta no impedimento do crime com outras mulheres pelo mesmo homicida, e reflete mudanças na Grande Vitória em atentar para o problema.

¹⁰“Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil”- Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf. Acessado em 19 de dezembro de 2013.

¹¹ Disponível em Mapa da Violência de 2012- Instituto Sangari. Acessado em 19 de dezembro de 2013.

CAPÍTULO 2: A RELAÇÃO ENTRE DOCUMENTÁRIO E JORNALISMO

2.1. Documentário: conceitos e definições

O filme documental ocupa uma posição polêmica em termos de definições conceituais. Conforme Penafria (2001), ele recorre a procedimentos próprios do cinema, como enquadramentos, iluminação, mas busca, por outro lado, atender à exigência do espectador, de grande proximidade com o real, por meio de imagens de arquivo, cenários naturais e aspectos que lhe garantam sensação de realidade. Nesse sentido, estabelecer fronteiras entre a ficção e a não ficção não tem sido uma tarefa fácil na produção de documentários. Diante desses percalços, é notória a dificuldade dos estudiosos em definir o gênero e apontar aspectos exclusivos em relação a outros audiovisuais. A liberdade de produção é uma das principais características que faz do documentário um gênero ainda indefinido, que tem sofrido transformações desde o registro dos primeiros relatos documentais.

Valendo-se como forma de expressão da sociedade e registro dos acontecimentos, a linguagem que se conhece hoje como documental surgiu na década de 20, através dos chamados filmes de viagem produzidos por Robert Flaherty. Ao retratar a vida em uma comunidade de esquimós, localizada no norte do Canadá, ele criou o que é considerado o primeiro filme de não ficção, *Nanook, o esquimó*. Foi a primeira vez que uma filmagem foi submetida a uma interpretação característica dos documentários, utilizando técnicas narrativas que ultrapassassem a descrição. Os filmes de Flaherty abriram horizontes para um cinema preocupado em registrar a realidade com finalidades sociais e redefiniram a visão existente na época acerca da produção documental, passando a considerá-la como “registro de fatos, personagens, situações que tenham como suporte o mundo real e como protagonistas os próprios sujeitos da ação” (LUCENA, 2012, p.11).

Apesar de Flaherty já viabilizar algumas características, o nome documentário só veio a surgir na década de 30. Fundador do movimento documentarista britânico, John Grierson cunhou o termo com a intenção de diferenciar sua produção dos filmes científicos, cinejornais e relatos de viagens já existentes na época. Ele inaugurou a escola que daria um “tratamento artístico” aos filmes produzidos sobre a realidade, estabelecendo as principais regras de linguagem do documentário clássico.

Incorporando a personalidade nos filmes documentais, Grierson (1971 *apud* Lucena, 2012, p.11) trouxe outra definição para o gênero, a de “tratamento criativo da realidade”. Um

conjunto de técnicas foram adequadas para a produção do gênero (uso de *off*, câmeras portáteis e planos) com o objetivo de permitir maior aproximação com o real e construí-lo a partir das relações do documentarista com o mundo.

Partindo desta premissa, Nichols (2008) define o documentário como uma representação do real. Para o autor, uma das tradições do gênero é a forte capacidade que ele tem de parecer autêntico, e por permitir uma estética diferente, torna-se difícil estabelecer fronteiras entre a ficção e a não ficção, podendo tais elementos estar intercambiados. A diferença primordial é que, nos documentários, é retratado o mundo real, e não um mundo imaginado pelo cineasta, mesmo que seja legítimo o uso de recursos ficcionais, haja vista que muitos documentaristas utilizam destes mecanismos sem comprometer. O autor afirma que, no documentário:

As “pessoas” são tratadas como atores sociais: continuam a levar a vida mais ou menos como fariam sem a presença da câmera. Continuam a ser atores culturais e não artistas teatrais. Seu valor para o cineasta consiste não no que promete uma relação contratual, mas no que a própria vida dessas pessoas incorpora. Seu valor reside não nas formas pelas quais disfarçam ou transformam comportamento e personalidade habituais, mas nas formas pelas quais comportamento e personalidade habituais servem às necessidades do cineasta (NICHOLS, 2008, p.31).

As escolhas realizadas no processo de produção atendem às necessidades do documentarista, que não se limita apenas ao que é dito pelo narrador ou pelos depoimentos apresentados. Nichols (2008) apresenta quatro aspectos considerados como essenciais para o do documentário: a construção imagética, o som, a cronologia dos eventos e o modo de representação.

É indiscutível que um dos diferenciais dos documentários está na utilização de imagens. No documentário, as imagens ganham mais força e um significado maior, visto que muitas vezes acabam falando por si mesmas. Elas são vistas pelo documentarista como uma forma de aproximar o público do personagem e da situação. As imagens têm o potencial de “fazer pensar, de fazer crer e até mesmo de fazer fazer” (GUIMARÃES; LIMA, 2007, p.156). Por comportarem vários elementos que propiciam a compreensão do espectador, é de extrema importância, principalmente nos documentários, a escolha de ângulos, enquadramentos, movimentações e recursos visuais.

Assim como a imagem, o som se revela um dos grandes diferenciais do documentário, tanto por meio do som ambiente, como pelas vozes presentes e trilhas escolhidas. Em alguns casos, a ausência de *offs* figura-se como um formato a ser utilizado no documentário, dando às

vozes dos personagens um papel ainda mais relevante, de condutores do produto. Nestas circunstâncias, é preciso direcionar uma atenção maior aos depoimentos, que precisam ser alinhavados para a compreensão do público. Segundo Nunes (2000), no jornalismo tradicional televisivo, onde se ouve mais do que se vê, é o som que comanda as imagens. Já no documentário, o som é tão importante como trabalhar e pensar a imagem.

Eu não consigo imaginar ou suportar um documentário em que não se sinta a escuta. Se quem fica do outro lado não está a ouvir, o objeto já não é um documentário. Se há definição possível do documentário será porventura essa: saber ouvir. E não é ouvir para registrar. É saber que, para registares um bocadinho, muita coisa tem de ser ouvida (NUNES, 2000, p. 12).

Neste trabalho de conclusão de curso, as imagens e os sons estão interligados uns aos outros. Os relatos são conduzidos por si próprios, alguns reforçados por imagens ou utilizados para reforçar entrevistas, como aquelas concedidas por fontes oficiais, como delegadas, psicólogas, policiais. É frequente no documentário o uso de relatos das vítimas para reafirmar e ilustrar outros depoimentos. Em alguns casos, este emprego pode soar como repetitivo, mas se mostra essencial no processo de continuidade da sequência narrativa.

Compondo o som, outros recursos de linguagem podem ser utilizados, como trechos de poesias, cartas, obras literárias. Por ser o documentário um gênero que permite liberdade estética, empregamos em sua construção alguns desses recursos, fazendo uso de trechos narrados de boletins de ocorrência do Plantão de Atendimento da Mulher. O objetivo é evidenciar a partir da leitura de escritas, os diferentes perfis de mulheres agredidas e a diversidade dos casos.

As imagens realizadas durante a produção do documentário foram pensadas com o objetivo de permitir um entendimento maior do tema e sensibilizar, em certos casos, o espectador. Por exemplo, no depoimento de uma das vítimas, que levou 18 facadas, acreditamos ser imprescindível a utilização de imagens para que o público visualize o sofrimento não só físico, mas psicológico dessa mulher. As marcas no corpo e o semblante triste no rosto não poderiam ser transmitidos de outra maneira que não fosse pela imagem. Acreditamos que essa seja a melhor forma de transmitir o sentimento dessas mulheres e a dor que somente elas podem explicar.

A cronologia de eventos, terceiro aspecto mencionado por Nichols (2008), se refere ao tempo de duração do documentário, dos planos, imagens, sequências e principalmente as sonoras. São as entrevistas que vão conduzir as narrativas e incitar o espectador a

questionamentos e aprofundamentos sobre o tema. O documentário, contudo, nos permite apresentar as sonoras sem seguir uma sequência cronológica. Poderíamos ter conduzido a narração do nosso documentário de maneira diferente, iniciando com a atual situação das mulheres que denunciaram agressores, para então retomar os casos de agressão. Apesar de termos contado as histórias cronologicamente, o caráter autoral do documentário nos permite modificar a ordem dos acontecimentos, sem, contudo, prejudicar a informação, característica encontrada nos relatos documentais.

Os modos de representação são as formas de se abordar a realidade. Os documentários não possuem peculiaridades ou aspectos exclusivos do gênero, mas podem apresentar características diferenciadas, definidas pelo autor como modos de representação. Nichols (2008) os dividiu em seis: poético, expositivo, participativo, observativo, reflexivo e performático.

O modo poético se preocupa mais com a estética do que com a argumentação do assunto. Ele evidencia a subjetividade e valoriza as impressões do documentarista, abusando de recursos literários, poéticos na construção do texto. Este modo permite ao produtor uma ampla liberdade na realização e construção do documentário.

O participativo é marcado, como o próprio nome sugere, pela participação ativa do documentarista. Este aparece durante as gravações e evidencia sua presença, conversando com o entrevistado e incitando sua fala.

Já no modo observativo, diferente do participativo, o documentarista evita qualquer tipo de interferência no produto. Ele busca captar a realidade assim como ela é. Assim, há pouca movimentação de câmeras e de efeitos que possam caracterizar uma falsa realidade.

O reflexivo, por sua vez, deixa evidente a relação entre o autor do documentário e o que é filmado. Objetiva-se notar a reação do grupo pesquisado diante da câmera, deixando claros os procedimentos de filmagem.

No modo performático, assim como o poético, a subjetividade vem como característica principal. O padrão estético é livre e as técnicas de cinegrafia utilizadas de forma inovadora. O cinema experimental é um dos expoentes desse modo de documentário.

Por último, temos o subgênero expositivo, predominante no documentário por nós produzido. Apesar de a estética ser bastante explorada durante o documentário, são os argumentos que tem mais expressividade. Procuramos narrar por meio de depoimentos e imagens um tema de maneira contínua, alinhavando relatos e recursos visuais uns aos outros. Nichols (2008) define o subgênero da seguinte forma: Esse modo [expositivo] agrupa

fragmentos do mundo histórico numa estrutura mais retórica ou argumentativa do que estética ou poética. O modo expositivo dirige-se ao espectador diretamente com legendas ou vozes que propõem uma perspectiva, expõem um argumento ou recontam a história (NICHOLS, 2008, p.142). As vozes, no modo expositivo, ganham força em relação às imagens, o que no nosso caso é evidente, visto que a escassez de imagens de atos de violências e a falta de registros dos relatos são substituídas por depoimentos, que assumem a posição de grandes argumentadores do tema.

2.2. Documentário como gênero jornalístico

As primeiras décadas do século XX, que antecederam o surgimento da escola britânica de Grierson, foram marcadas majoritariamente pela produção de cinejornais. O interesse, que até então era reduzido pelos filmes ficcionais, manifestava-se com a incipiência deste novo gênero, que já anunciava a interação entre cinema, jornalismo e a linguagem documental.

Os cinejornais surgiram nos Estados Unidos e na Europa e eram uma espécie de séries de filmes, bem populares na época, que divulgavam atualidades. A produção destes estava vinculada ao cotidiano, principalmente a acontecimentos espetaculares, como relato de crimes. Nestes casos, os cinejornais rendiam várias edições e estavam diretamente relacionados com as notícias divulgadas pela imprensa, facilitando o entendimento do público e mantendo-o atualizado com uma grande gama de informações. Segundo Menicucci (2009, p.8), “os cinejornais faziam retratos atuais na época da sociedade e permitiam que as pessoas vissem suas próprias ações, gravadas e exibidas em público”.

Com o desenvolvimento tecnológico da televisão e sua utilização como meio de comunicação, os cinejornais passaram a ter espaço nos primeiros canais televisivos. No século XX, ele se transforma numa “importante ferramenta que retrata o contexto histórico, político e social cultural” (SOUZA, 2009, p.07). Cientes dos efeitos que as imagens produziam no público, muitos políticos passaram a utilizar o cinejornal em benefício próprio, como um recurso de publicidade durante as campanhas. Getúlio Vargas foi um dos grandes líderes, que, tendo em vista o poder da propaganda, fez uso dos cinejornais a fim de promover suas ações populistas, se mostrando um líder onisciente e onipresente (MENICUCCI, 2009).

Fortemente influenciado pelos europeus e americanos, o cinejornal no Brasil ocupou uma posição de destaque, relacionando-se com as informações publicadas pela imprensa e aumentando o interesse do público, até então reduzido, pelos filmes que incorporavam a

ficção. De acordo com Souza (2009), buscava-se o material em fatos a fim de atender ao interesse do público. As informações sobre homicídios da época mobilizavam não só os jornais, mas a população, que tinha ânsia por novidades. O cinejornal estabeleceu, assim, o primeiro relacionamento entre o jornalismo e o cinema, que se mantém nos dias atuais, apesar do desaparecimento desta série.

Nos relatos jornalísticos tem-se como objetivo contar uma história, de início, meio e fim. Esta premissa marca também o documentário, que utiliza elementos do cinema e do jornalismo a fim de argumentar sobre determinado assunto e trazer para o espectador um aprofundamento sobre aquilo. Contudo, no relato documental esta história pode ser contada sem seguir uma ordem cronológica, pela liberdade de estilo que o gênero permite. Muitas vezes o factual, o “ouro” dos jornais diários é o desencadeador do processo de produção do filme documental. Em alguns casos, é a partir de um fato noticioso veiculado pela mídia, que a construção do documentário se dará. Nota-se, assim, que as relações entre cinema, documentário e jornalismo se mantêm nos dias atuais e o valor-notícia é o principal vínculo entre eles.

Contudo, a forma como o tema é tratado e aprofundado caracteriza o documentário e o distingue de outros gêneros jornalísticos. A reportagem jornalística aborda o tema a fim de responder as principais dúvidas do público, trazer para ele as principais informações para que os acontecimentos sejam compreendidos, obedecendo a um *lead* que responde basicamente Quem? O quê? Como? Quando? Onde? Por quê?

A relação entre jornalismo e documentário se dá quando a notícia ajuda no encadeamento da narrativa documental. Se já existe um material que sintetiza o *lead*, recorrer a ele pode ser uma eficaz estratégia para agilizar a narrativa do documentário, que deverá se preocupar com outros “porquês” (SOUZA, 2009, p.04).

Apesar de algumas reportagens já apresentarem um aprofundamento maior do assunto, o que se vê diariamente nos veículos de comunicação é um relato sem grandes desdobramentos. Essa contextualização pouco encontrada no jornalismo tradicional é explorada pelos documentários, que proporcionam maior entendimento e principalmente a discussão do espectador. De acordo com Souza (2009, p.04) “são informações que ficam à margem, mas que têm um papel decisivo para o enriquecimento da história a ser contada pelo documentário”.

Na busca pelo aprofundamento de assuntos abordados pela mídia, o documentário procura mapear outros fatos correlacionados, buscando compreensão de acontecimentos históricos, econômico, políticos e sociais. A narrativa documental explora causas, consequências e possíveis ligações, ela desencadeia um envolvimento crítico sobre um tema visto frequentemente nos meios de comunicação. “O documentário traz consigo o tom de explicação, apresenta imagens e depoimentos que comprovam o que é dito e também funcionam como registro, como mecanismo de resgate da memória humana” (MELO; GOMES; MORAIS, 2001, p.3).

Neste trabalho de conclusão de curso, partimos da premissa de que os casos de violência contra a mulher na Grande Vitória têm sido constantemente relatados nos jornais e telejornais diários locais, sendo este valor-notícia o desencadeador do documentário produzido. Durante o nosso período de análise do conteúdo jornalístico veiculado na grande mídia, que compreendeu cerca de cinco meses, observamos que os jornais impressos e os telejornais capixabas trazem um grande volume de notícias sobre a violência doméstica todos os dias, mas a maior parte delas aborda apenas o ato em si, não levando em conta os motivos que o desencadearam ou o impacto psicológico dele.

Assim, o modo como o tema é tratado pelas mídias é visto por nós como superficial, na falta de desdobramentos sobre o assunto. Sem dúvidas, é notório para os espectadores que a violência contra a mulher se faz presente e é frequente na Grande Vitória, mas poucos têm conhecimento das causas e consequências destes atos. Acreditamos estar aí a importância da produção deste documentário para uma região que tem a violência como realidade, discutida de maneira insuficiente.

A base para o nosso documentário e para um jornalista que fará uma reportagem sobre a violência contra a mulher na Grande Vitória decorre dos mesmos acontecimentos. No entanto, o que se apresenta como fator crucial na escolha do gênero documental para abordar o assunto é a liberdade de recriar e recombina, assumindo um tratamento mais criativo que a reportagem.

Outra relação que aproxima o documentário do jornalismo é o uso de dados. Empregados na maioria das vezes para sustentar uma discussão, este recurso é recorrente nas reportagens e nas narrativas documentais. Além de funcionar como importante prova de persuasão do público para a realidade dos fatos, a presença de pesquisas, gráficos, estatísticas e números confere credibilidade ao produto e revela a preocupação do documentarista em apresentar algo pertinente e de importância para o espectador. Tomando esta preocupação

como nossa, trouxemos índices que sustentam a relevância do assunto e que atentam para a situação deparada na Grande Vitória. Apesar de serem encontrados em reportagens e noticiários, a nosso ver, esses dados têm sido explorados cada vez menos no jornalismo diário local, que se preocupa em trazer mais relatos sobre a violência do que números e pesquisas, importantes ferramentas para a compreensão do problema. Destacamos que mesmo sendo os dados um mecanismo comum às reportagens e documentários, é neste último que eles têm sido utilizados com mais ênfase e aprofundamento.

2.2.1 Divergências entre documentário e reportagem

Mesmo diante de muitas aproximações, o documentário e a reportagem jornalística possuem algumas divergências, que vão desde o modo de produção até a intencionalidade comunicativa. Uma das diferenças começa logo na preparação; em geral, o tempo de produção de um documentário é bem maior do que o de uma reportagem, mais preocupada em relatar os acontecimentos com atualidade e factualidade, no calor da hora e o mais rápido possível. Já o primeiro permite ao documentarista uma relação mais intensa com as fontes, com o tema e com o seu produto, tendo maior abertura para a elaboração de novas narrativas.

Tratando-se do objetivo, mas ainda mantendo forte ligação com a produção, documentário e reportagem são feitos para diferentes fins. De acordo com Gustavo Souza, em seu trabalho *Fronteiras (in)definidas: aproximações e divergências entre documentário e jornalismo*, não é novidade que a brevidade das matérias dos noticiários acaba os tornando reducionistas. Em tempos de excesso de informação, muitos assuntos não apresentam uma discussão mais aprofundada ou atenção a detalhes. Esta característica está intrinsecamente ligada à política que rege o jornalismo diário, pautada em valores-notícia que ditam o que é ou não é relevante para ser veiculado, com base em critérios como atualidade, interesse público, espaço, público-alvo e políticas editoriais do veículo. Essencialmente, o grande diferencial é que, neste espaço, os debates e discussões se dissociam das regras da imprensa, o que permite ao documentarista tratar do assunto que bem entender (SOUZA, 2009).

Outra diferença entre o documentário e o jornalismo diz respeito ao uso das imagens. As matérias jornalísticas, que seguem em geral um modelo de construção parecido, não dispensam o elemento “voz em *off*”, que é a narração do repórter justificando as imagens que aparecem simultaneamente. As imagens, por sua vez, têm o papel de ilustrar e confirmar aquilo que é dito pelo jornalista ou pelo entrevistado. Já no documentário, o uso do *off* não é

uma regra e muitas produções optam por não fazê-lo. Dessa maneira, as imagens assumem um papel de maior importância; elas não são meramente ilustrativas, mas têm um significado próprio (ROCHA, 2004, p.1). Citando Manuela Penafria, Rocha diz:

Ao contrário do que habitualmente se vê na televisão, não é obrigatório que um texto em *off* faça parte de um documentário. Na reportagem, essa obrigatoriedade deriva da necessidade de se explicarem ou descreverem as imagens que se veem. Pelo contrário, no documentário a imagem não é utilizada com fins meramente ilustrativos ou para confirmação do que é dito; a exploração do seu lado conotativo é o que de mais importante o documentário imprime nas imagens que utiliza. São elas o elemento essencial do documentário e que se sobrepõem ao que possa ser dito (PENAFRIA, 1999. p.23 *apud* ROCHA, 2004, p.1)

A questão da subjetividade também varia da reportagem para o documentário. Por ser um gênero autoral, o documentário permite a impressão de pontos de vistas claros, com escolhas e aparências bem particulares. Já a reportagem tende a buscar uma visão geral do assunto, usando de estratégias como “ouvir todos os lados” e explorar diferentes tipos de fontes para passar a ideia de imparcialidade. De acordo com Jaspers (1998, p.175), “o documentário fala na primeira pessoa, confessa a sua subjetividade, enquanto a grande-reportagem ou o inquérito escondem esta subjetividade sob uma pretensão à universalidade”. Nesse sentido, é um erro negar a presença de impressões subjetivas no jornalismo diário, já que a escolha do caminho pelo qual uma matéria vai ser desenvolvida, o foco que será dado, o destaque ou mesmo o posicionamento da câmera imprimem personalidades à reportagem. A diferença está na busca pela neutralidade e no distanciamento de opiniões que se prega.

Entretanto, a característica subjetiva do documentário não implica a concentração do produto em poucas vozes, pelo contrário, ele dá vazão a várias pessoas para confirmar algo, não pondo em risco sua credibilidade. Afirmar que ele seja um gênero marcado pela subjetividade não significa dizer que seja monofônico, já que uma das possibilidades do documentário é trazer um aprofundamento do assunto, buscando ouvir diferentes opiniões a fim de confrontá-las e constituir um debate. O que muda do documentário para a reportagem é a forma como essa polifonia de vozes é operacionalizada. No primeiro caso, as falas das personagens combinadas com as narrações e as imagens definem a opinião do documentarista. Já no telejornal, essas vozes são usadas para um objetivo exatamente contrário: o de afastar o jornalista de qualquer opinião. A intenção é apontar diferentes tipos de opiniões sem deixar indicação de qual delas “agrada” mais o jornalista, que aparece como uma figura neutra.

Procuramos trazer fontes diversas, capazes de produzir um debate sobre o assunto, ou mesmo incitar esse debate no espectador. Acreditamos que quando se trata de violência contra mulher não basta ouvir apenas a vítima. É preciso tratar das consequências que estes atos produzem, sendo imprescindível ouvir pessoas afetadas diretamente por essas situações, como as famílias das agredidas. Além delas, procuramos trazer depoimentos daqueles que não possuem voz nas reportagens diárias, que são condenados sem que seja buscado entender o que está por trás da agressão. É preciso atentar para o fato de que a maioria dos agressores sofreu ou presenciou algum tipo de violência na infância, sendo violência contra a mulher um problema de construção social. Entendemos assim, que cumprimos nosso papel de jornalistas e documentaristas, ao dar voz a pessoas que na maioria das vezes não são escutadas e que tem muito a acrescentar no debate sobre o tema.

Como mencionado anteriormente, mesmo que o documentário dê voz a diferentes pessoas, as falas das personagens combinadas com as narrações e as imagens definem a opinião do documentarista. Já no telejornal, essas vozes são usadas para um objetivo exatamente contrário: o de afastar o jornalista de qualquer opinião. A intenção é apontar diferentes tipos de opiniões sem deixar indicação de qual delas “agrada” mais o jornalista, que aparece como uma figura neutra.

2.3 Roteiro de documentário

Toda produção audiovisual, seja ela documentário, reportagem ou filme de ficção, exige a composição de um roteiro, que funciona como a materialização do planejamento. Ele organiza as ideias do documentarista/repórter/cineasta em forma de texto, e, com isso, facilita a pré-visualização do produto final. Sérgio Puccini, em seu trabalho *Roteiro de documentário*, introduz que tudo começou com o roteiro de cinema, que, para ele, é resultado da industrialização da atividade cinematográfica que ficou evidente no início do século XIX (PUCCINI, 2009).

Nas primeiras décadas daquele século, todo produto de cinema era fruto da própria imaginação do cineasta: não havia uma roteirização do que seria executado, a não ser uma sinopse simples, que continha basicamente o enredo do filme, mas sem preocupações com a técnica de filmagem. O cineasta era o próprio *cameraman*, quem dirigia o planejamento do filme e também era responsável pela execução. A primeira mudança veio ainda na primeira década, a partir da segunda metade, quando surge a figura do diretor de cinema, que assume a

função de planejar e decidir sobre as produções do filme, e é aí que começa a se consolidar a ideia de um modelo de escrita próprio da dramaturgia (SOARES, 2007).

O roteiro de cinema surgiu com uma finalidade meramente comercial: reduzir os custos de produção e, conseqüentemente, expandir o lucro dos produtores. Por esse motivo, o modelo adotado nessa indústria é geralmente desenvolvido em sua quase totalidade na etapa de pré-produção, haja vista que o objetivo é ter a melhor visualização possível do produto final para, assim, ter o melhor retorno de mercado.

Embora o objetivo deste trabalho seja tratar do roteiro documental, é importante não passar despercebido pelo *script* (outra denominação para roteiro) cinematográfico, uma vez que “foi por muito tempo pelo modelo de produção do filme de ficção (apoiado em roteiro), que parte significativa da produção documentária se guiou” (SOARES, 2007, p. 18). Tratando-se especificamente do período compreendido entre os anos 20 e os anos 50, os documentários são dotados de um minucioso cuidado com a montagem e os planos de filmagem, o que só seria possível a partir de um detalhado roteiro cinematográfico.

O surgimento de novos suportes tecnológicos e o aprimoramento do uso desses suportes levaram a uma ruptura com o modelo de roteiro feito na fase de pré-produção. Nesta etapa, passou-se a elaborar apenas um pré-roteiro, uma proposta de filmagem que condiga com a ideia central, mas o *script* mesmo só é desenvolvido na etapa de pós-produção, quando já se tem todas as filmagens e, então, parte-se para a etapa de montagem e edição do audiovisual. Puccini (2009) acredita que essa mudança conduziu a uma maior valorização do papel do cinegrafista, responsável por fazer as imagens certas e suficientes mesmo sem ter um roteiro em mãos. Obviamente, não é uma obrigatoriedade que todos os documentários se encaixem nessa proposta, certos registros como os históricos, os biográficos e os de arquivo podem se valer do roteiro já na fase de pré-produção, já que abordam fatos passados. Todavia, grande parte dos relatos documentais são “decididos” na etapa final, após a decupagem de todo o material bruto. A partir daí, o roteiro é um norte, um guia não mais para o diretor, mas para o responsável pela montagem das filmagens.

Essa nova forma de realização do documentário dividiu opiniões. Alguns realizadores defendiam que, nesse novo modelo, parecia fácil ser documentarista. Diante da falta de necessidade de uma pesquisa prévia, bastava ligar a câmera e contar com um pouco de sensibilidade. Essa ideia deturpada de que o novo processo de construção do filme documental exige menos preparação ou menos criatividade do cineasta é bastante refutada tanto por documentaristas quanto por teóricos. Estes defendem que cada etapa é carregada de

escolhas subjetivas do realizador e que o documentário é resultado de um processo criativo (PUCCINI, 2009).

Outra diferença do roteiro de documentário para o de ficção, além da etapa em que cada um toma forma, é a própria estrutura. O último habitualmente traz descrições das cenas e diálogos bem detalhados, o que não é primordial no filme documental. Vale ressaltar que “roteirizar significa recortar, selecionar e estruturar eventos dentro de uma ordem que necessariamente encontrará seu começo e seu fim” (PUCCINI, 2009, p. 16). A própria escolha de um tema, entre tantos outros possíveis, já é parte do processo de seleção, passando pela escolha dos personagens, das vozes, dos lugares de gravação, do enquadramento da câmera e de qualquer outra opção técnica e/ou de abordagem feita pelo cineasta. Toda essa seleção tem seu fundamento no ponto de vista pessoal do documentarista a respeito do assunto que é tratado. Sabendo que o documentário é um trabalho autoral, carregado de subjetividade, as escolhas são feitas a partir de objetivos e desenrolares pretendidos pelo realizador para a história, o que é evidente no caso deste trabalho, cujo roteiro será apresentado nos anexos.

2.4. Ética na produção de documentário

Uma discussão intrínseca à produção documental e que não pode ser deixada de lado quando se pretende fazer um filme desse gênero é a questão da ética. Em *Introdução ao documentário*, Nichols (2008) propõe uma tipologia que é formada pela tríade cineasta, atores sociais e público, baseada em duas formas clássicas de representação: o cineasta falando dos atores sociais para o público ou o cineasta e os atores sociais falando deles próprios para o público. Uma das grandes preocupações do autor é em relação às consequências que a intervenção de quem filma pode trazer sobre quem é filmado, seja no momento da filmagem ou mesmo depois que o produto chega aos espectadores.

Já Guimarães e Lima, em *A ética do documentário: o Rosto e os outros*, defendem que essa tipologia não capta inteiramente o trabalho de representação, já que, segundo eles, ela antecede o momento de filmagem ou mesmo o de produção e permanece muito depois do produto já finalizado. Impregnada à vida social e ao contexto em que vivemos, a representação funciona como um terceiro elemento que “se interpõe entre o um e o outro” (GUIMARÃES; LIMA, 2007, p.3), fazendo a relação entre os sujeitos a partir da função de mediação. As representações são pré-existentes, vão muito além da simples relação

cineasta/atores sociais, dizendo respeito também aos valores e papéis assumidos pelo sujeito filmado, não só na frente das câmeras.

Segundo os autores, o roteiro do filme documental é o responsável por responder às questões éticas que permeiam a representação social do sujeito filmado. É tendo como suporte esta escritura, que guia a visualização de todo o audiovisual, que o cineasta adquire a abertura para trabalhar a representação da maneira que achar mais conveniente, abrindo espaço para que o espectador forme sua própria opinião e visão crítica a respeito do que é filmado.

Ramos (2005) comenta sobre o estilo de documentário do século XX e o divide em três campos imagéticos e éticos: a ética da missão educativa, a ética do recuo e a ética participativo-reflexiva. A primeira era a mais comum nas primeiras produções documentais, como os clássicos de Flaherty e Grierson, em que a base das temáticas era a valorização de culturas esquecidas, tradições deixadas de lado e povos “invisíveis”. Este momento é marcado pela ideia de um discurso educativo passado dos “missionários” cineastas ao povo. No final dos anos 50, esse modelo dá lugar à ética do recuo, profundamente ligada às inovações tecnológicas e estilísticas permitidas pelo avanço dos equipamentos de imagem e som. Neste contexto, o cineasta se coloca como um mero observador da realidade, mantendo-se ao máximo afastado do que filma e intervindo o mínimo possível na ordem natural dos acontecimentos. A ideia era de que a câmera registraria simplesmente o que acontecia, sem nenhuma ou com muito pouca interferência externa. Fazendo isso, os documentaristas acreditavam que o espectador teria mais condições de exercer sua liberdade de opinião e a construção do seu próprio saber sobre o mundo.

Por fim, em meados dos anos 60, surge a ideia de uma ética participativo-reflexiva, exatamente oposta à anterior. Aqui, o cineasta assume resolutamente o papel de enunciador, se colocando como participante da história narrada e por vezes até mesmo como personagem. No lugar da câmera observadora, aqui é bastante comum que os equipamentos até mesmo apareçam na imagem (câmera filmando outra câmera), além de ser frequente o uso de diálogos e entrevistas. Neste contexto, a própria reflexividade é adotada como a saída ética para o tratamento da realidade escolhida para recorte (GUIMARÃES; LIMA, 2007 *apud* RAMOS, 2005).

Atualmente, não existe uma regra nem um modelo a ser seguido. A questão da ética é abordada a partir do ponto de vista e preferência de cada documentarista. O desafio de ir ao encontro do outro envolve questões pessoais, relações com a temática, com o que é obtido no momento de filmagem e com as fontes. Quando se trata de filmar grupos à margem da

sociedade, em situações de opressão, marginalização, violência ou qualquer tipo de supressão, esse desafio ganha ainda mais peso.

No caso do presente trabalho, em que vão ser exploradas histórias de vida de mulheres que estão ou já estiveram em situação de violência doméstica, e também de outras pessoas envolvidas neste contexto de medo e sofrimento, optamos por adotar a ética do recuo. Embora o documentário traga depoimentos, entrevistas e seja carregado de subjetividade própria do gênero, achamos mais conveniente intervir o mínimo possível na rotina e no comportamento dos sujeitos filmados. Colocando-nos como observadoras da realidade abordada, pretendemos dar ao espectador maior liberdade para construir seu próprio posicionamento e, com isso, exercer sua capacidade crítica em relação ao assunto.

CAPÍTULO 3: RELATÓRIO TÉCNICO

O documentário *A voz do silêncio: um retrato da violência doméstica na Grande Vitória* foi elaborado em etapas, as quais trataremos a seguir.

3.1. Pré-produção

Inicialmente, nós decidimos que faríamos um projeto experimental do gênero documentário com o tema violência doméstica contra a mulher. O objetivo era trazer depoimentos de pessoas de diferentes lugares, sem delimitar um local específico. Contudo, uma das alunas, Iara, se mudou para Vitória, no Espírito Santo, para realizar um curso durante dois meses, no período compreendido entre outubro e dezembro de 2013. Tendo em vista os obstáculos que poderiam surgir devido à distância e observando os altos índices de violência no estado, decidimos mudar o tema do documentário, abordando, então, a violência doméstica contra a mulher na Grande Vitória.

A mudança trouxe diversos benefícios para o trabalho e acreditamos que facilitou sua execução. Por meio de pesquisas, descobrimos que o Espírito Santo é o estado onde mais se mata mulheres no país e que Vitória é a capital mais violenta do Brasil. Além disso, a Iara pode conviver com essa realidade e acompanhar de perto alguns casos de violência, o que trouxe um olhar mais crítico para o problema. Entre as vantagens, podemos destacar: maior número de fontes, casos mais recorrentes, maior disponibilidade das pessoas para falar, existência de delegacia especializada e de programas de combate à violência específicos do estado.

A partir dessa nova definição do tema e, por consequência das pesquisas iniciais, fomos traçando o caminho que iríamos seguir para a condução do projeto. Primeiramente, demos continuidade ao trabalho de pesquisa iniciado durante a execução do pré-projeto, no período anterior, na disciplina de Pesquisa da Comunicação. Realizamos estudos a respeito da violência doméstica no Espírito Santo por meio de pesquisa bibliográfica e mapeamento do tema a partir da coleta de dados e veiculação do assunto nas mídias locais.

Paralelo a isso, realizamos, desde o início, reuniões com a orientadora, que aconteceram entre ela e a Raíra, integrante do grupo que estava em Viçosa. Essas reuniões não tinham periodicidade definida, mas eram feitas com frequência, de acordo com a necessidade do projeto.

Em Vitória, a Iara entrou em contato com especialistas e pesquisadores do assunto na região e contou com a colaboração da professora e historiadora Maria Beatriz Nader para o levantamento de dados. A partir desse primeiro contato, outros foram estabelecidos, dando grande contribuição para o embasamento teórico do nosso trabalho. Realizamos também um levantamento de grandes reportagens e outros produtos audiovisuais do mesmo tema, a fim de observar o tratamento midiático do assunto na região. Utilizamos reportagens das redes de televisão locais: TV Gazeta, TV Tribuna, TV Vitória, Record News e TV Capixaba, além dos jornais impressos A Gazeta e A Tribuna.

Com as pesquisas feitas e conhecimento mais aprofundado da situação no estado, definimos os personagens que utilizaríamos. As fontes foram escolhidas de forma intencional, a partir do envolvimento delas, mesmo que indireto, com o tema tratado. Para Duarte (2006, p.5), “nos estudos qualitativos, são preferíveis poucas fontes, mas de qualidade”. Ele ressalta ainda que “a seleção é intencional quando o pesquisador faz a seleção por juízo particular, como conhecimento do tema ou representatividade subjetiva”.

Para tanto, optamos por trabalhar com poucas fontes, mas que pudessem relatar de forma diversificada o mesmo assunto. Assim, traçamos perfis desejáveis à composição do documentário, que seriam: vítimas, familiares de vítimas, agressores, delegada da delegacia especializada, psicóloga, guardas responsáveis pelos atendimentos decorrentes de violência doméstica e o responsável pela coordenação de um dos programas de combate à violência doméstica no estado, o Botão do Pânico.

Concordamos em utilizar os depoimentos, principalmente o da delegada e o da psicóloga, como condutores do documentário, ilustrados a partir dos relatos de vítimas, personagens fundamentais para a identificação do público e para a problematização do tema. Optamos também por entrevistar agressores, por percebermos que raras são as vezes que a mídia dá voz a essas pessoas e por observarmos que a maioria deles nega a agressão. Quanto à escolha pelos guardas, achamos importante mostrar como é realizado o atendimento, visto que o boletim de ocorrência é feito inicialmente por policiais militares, que em Vitória, são divididos para os casos da Lei Maria da Penha. E, por último, escolhemos o Botão do Pânico, programa em vigor na capital há menos de um ano, para retratar algumas políticas empregadas na tentativa de combate a violência, pois pudemos observar que muitas mulheres se sentem mais seguras com a posse dele.

Com os personagens pré-definidos, iniciamos a elaboração de uma versão inicial do roteiro de documentário, com indicações prévias de imagem, montagem e detalhes técnicos

para facilitar o processo de edição. O roteiro final pode ser consultado nos anexos deste trabalho.

3.2. Produção

A etapa de produção começou no meio do mês de outubro de 2013, logo após a confecção do roteiro preliminar. Nas duas últimas semanas do mês, a estudante Iara Diniz fez as primeiras visitas aos órgãos e pessoas que haviam sido pré-selecionados como fontes. Durante os 15 dias, conheceu a sede da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), o Plantão Especializado da Mulher (PEM) e a Guarda Municipal, estabelecendo os primeiros contatos com a delegada, com os policiais civis que investigam a violência doméstica e com os policiais da Guarda. Foi feita também uma visita ao CAVVID – Casa de Atendimento às vítimas de violência e discriminação – uma casa abrigo que atende às mulheres na Grande Vitória, a fim de conhecer o trabalho do local e conversar com algum profissional que lidasse diretamente com as mulheres e suas famílias.

Nesse tempo, aconteceram ainda os primeiros encontros com as possíveis personagens principais do documentário, sendo que alguns foram adiados pelas próprias mulheres e outros desmarcados, o que nos levou a procurar outras pessoas para substituir. Essas conversas tinham o objetivo de “quebrar o gelo”, comum ao se tratar de um assunto tão íntimo e delicado, além de estabelecer um contato inicial com a história da vítima e verificar o interesse ou não dela em participar do trabalho. Durante as visitas às casas, foi possível conhecer também alguns familiares dessas mulheres. Muitos demonstraram grande sensibilidade e envolvimento ao falar sobre o assunto, o que despertou ainda mais o nosso interesse em incluí-los no documentário.

Em uma das visitas ao Plantão de Atendimento a Mulher, uma das integrantes pode assistir a um flagrante de agressão e junto com os policiais, acompanhou o processo de prisão dele, desde o depoimento, a passagem pelo Departamento Médico Legal e a trajetória ao presídio. No Centro de Triagem de Viana, presídio para onde a maioria dos agressores são encaminhados, a integrante viu de perto como se dá o alojamento do preso e o trabalho realizado dentro do local.

Depois de confirmar a inclusão de algumas fontes no documentário e descartar outras, passamos para a marcação de entrevistas. Isso foi feito por telefone durante a primeira semana de novembro, havendo um esforço de nossa parte em agrupar todas as gravações no mesmo

período, no caso, o feriado de 15 de novembro, quando seria mais fácil conseguir os equipamentos, além de as duas integrantes terem disponibilidade de se dedicar integralmente ao trabalho. Uma semana antes, incluímos outra personagem depois de conhecer sua história através da delegada titular da DEAM de Vitória, Dra. Arminda Rosa Rodrigues. Tínhamos o interesse de conversar também com a juíza criadora do projeto Botão do Pânico, Dra. Hermínia Maria Azoury. A entrevista foi agendada para o dia 15, mas quando chegamos ao seu gabinete, ela nos ligou comunicando que havia aparecido um imprevisto e que não poderia mais contribuir. Felizmente, o Dr. Marcelo Nolasco, que coordena o projeto, supriu com êxito a ausência do depoimento da juíza. No tópico seguinte, detalharemos a participação de cada entrevistado no trabalho.

Durante o período de produção, iniciamos a construção desse memorial. Partimos da leitura e fichamento da bibliografia indicada e elaboramos os capítulos aqui apresentados. As correções apontadas pela orientadora foram realizadas e o memorial foi finalizado na fase de pós-produção, após a edição final do documentário.

3.2.1. Apresentação dos personagens

Ao todo, este documentário conta com 8 personagens principais: duas vítimas, dois familiares, uma psicóloga, uma delegada, um policial da Guarda Municipal e o coordenador do Botão do Pânico de Vitória. Abaixo, eles serão brevemente apresentados:

Dra. Arminda Rosa Rodrigues: Delegada de Polícia Civil Titular da Delegacia Especializada de Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência, DEAM de Vitória.

Dr. Marcelo Nolasco: Secretário Municipal de Cidadania e Direitos Humanos da Prefeitura de Vitória e coordenador do projeto Botão do Pânico na capital capixaba.

Dra. Cristiana Travassos: Psicóloga do Centro de Atendimento às Vítimas de Violência e Discriminação de Vitória, CAVVID, que está em constante diálogo com as vítimas, famílias e agressores.

Soldado Padilha: Soldado da Patrulha Maria da Penha de Vitória, que atende aos casos de violência doméstica acionados pelo Botão do Pânico.

Raniele Barbosa da Silva: Com 22 anos, é auxiliar de serviços gerais e sofreu violência por parte do companheiro durante oito meses. Eles não eram casados, mas moraram juntos nesse tempo em que ela era agredida física e verbalmente. No mês de novembro de

2013, ela foi esfaqueada por ele voltando do trabalho e quase morreu. Raniele tem uma filha de sete anos com outro homem.

Nádila Barbosa da Silva: 29 anos, é supervisora de vendas e irmã de Raniele. Ela a abriga em sua casa atualmente e não estava no momento em que a irmã foi esfaqueada, mas já presenciou várias agressões, tendo sido, inclusive, ameaçada também pelo agressor.

Sheila Isídio da Silva: 26 anos, é dona de casa e mãe de dois filhos. Sheila manteve um relacionamento de mais de um ano com o pai do seu segundo filho, sendo agredida desde o início. Ela decidiu denunciar o companheiro depois de muitas agressões e de ter recebido uma paulada na cabeça.

Flávio da Silva: 10 anos, é filho de Sheila e presenciou várias agressões do padrasto. Mora com a mãe e o irmão mais novo.

3.2.2. Gravações

Para realizar as entrevistas e as imagens, contamos com duas câmeras (uma fotográfica e uma filmadora) do Laboratório de Comunicação Social/Jornalismo (Labcom) da UFV, uma *Nikon D90* e uma *Sony HVR-ZT HDV*, além de um tripé de apoio *Velbon* e um microfone lapela. Na maior parte das gravações, as duas foram utilizadas, sendo que as entrevistas geralmente eram gravadas na *Sony* enquanto que a *Nikon D90* ficava mais reservada para as imagens complementares. Essa divisão foi feita com base na qualidade de imagem, que, em nossa opinião, é melhor na *Sony*, além de as filmagens ficarem mais estáveis e com menos tremor. Devido ao número restrito de equipamentos do curso, concentramos nossas gravações em um curto espaço de tempo. Assim, a primeira gravação foi feita no dia 10 de novembro e as demais entre os dias 14 e 17 de novembro de 2013, todas na cidade de Vitória-ES.

Os equipamentos foram testados antes de cada entrevista, evitando qualquer interrupção. Elas aconteceram de forma semi-aberta, com questões semi-estruturadas, isto é, nos baseamos em um pré-roteiro de entrevista, mas não ficamos presas a ele, permitindo que os diálogos fossem flexíveis e intensos e que as fontes se sentissem à vontade para levantar novas questões. Neste sentido, partimos de questionamentos básicos de interesse do trabalho, mas oferecemos um amplo espaço de interrogativas e relatos aprofundados por parte dos entrevistados.

Alguns problemas técnicos surgiram na gravação da primeira entrevista, realizada no sábado, dia 9 de novembro, e da segunda, que aconteceu na manhã do dia 14. As duas foram feitas com a ajuda da *Nikon D90*. Como a câmera não tem entrada para microfone lapela, optamos por conectá-lo a um gravador de áudio, o que não apresentou o mesmo resultado das outras gravações. Todavia, esse problema foi parcialmente corrigido no programa de edição. O restante das filmagens ocorreu sem grandes contratempos, mesmo com a pouca experiência na área de cinegrafia e a dificuldade de transportar os equipamentos dentro da cidade.

10.11.2013

No início da tarde de domingo, dia 10, uma das integrantes realizou uma entrevista com a vítima Sheila da Silva, conhecida durante uma das visitas realizadas ao Plantão da Mulher. A conversa aconteceu na casa da dona de casa e, no dia, ela estava muito revoltada e com hematomas na cabeça, pois havia levado uma paulada do companheiro. Em seu relato, a dona de casa contou como eram as agressões, assumiu brigar frequentemente com o homem com quem mantinha um relacionamento há mais de um ano, e disse que, na maioria das discussões, era maltratada e ameaçada. Sheila também relatou seu medo de denunciar e porque esperou tanto tempo para isso. Atualmente ela mora em uma casa com os dois filhos no bairro José de Anchieta 2, na Serra. O ex-companheiro não foi preso, mas não procurou mais a vítima desde a última agressão, quando ela se dirigiu até a delegacia para registrar a ocorrência.

Após o depoimento da dona de casa, decidimos também entrevistar o filho dela, uma criança de 10 anos. Flávio da Silva presenciou a maioria das agressões sofridas pela mãe. Ele narra uma das brigas e fala que sempre quis chamar a polícia, mas por ser criança e a mãe nunca denunciar, ele nunca fez isso. Flávio conta as lembranças que tem do ex-companheiro da mãe, mas, por ainda ser muito novo e tímido, o estudante pouco contou sobre os fatos..

14.11.2013

Na manhã de quinta-feira, dia 14, nos dividimos e realizamos duas entrevistas simultaneamente. Uma foi feita na sede da Guarda Municipal de Vitória, na qual a fonte era o Secretário Municipal de Cidadania e Direitos Humanos da Prefeitura de Vitória, Dr. Marcelo Nolasco, que é também o coordenador do projeto Botão do Pânico na capital capixaba. Em seu relato, ele comentou sobre a iniciativa da implantação do programa, lembrando quando surgiu e em que contexto. Explicou também o funcionamento do botão, a quem ele atende,

como as mulheres que o recebem devem utilizá-lo. O coordenador esclareceu ainda como acontece o trabalho da Patrulha Maria da Penha, destinada exclusivamente ao atendimento de casos de violência acionados pelo Botão, além de apresentar os resultados obtidos desde a sua implantação, em março de 2013, visto que ele ainda é um projeto piloto. O entrevistado explicou a importância do botão do pânico no controle da violência doméstica, reforçando a vontade da administração municipal e dos setores competentes em expandir o programa para a Grande Vitória, para todo o estado do Espírito Santo e, em seguida, para o restante do país. Depois da entrevista, foram feitas imagens da sala de videomonitoramento do Botão, onde ficam os monitores e os GPSs e aonde chega o primeiro sinal de acionamento, sendo enviado em seguida para as viaturas espalhadas pelas ruas.

Ao mesmo tempo, a outra integrante do trabalho realizava uma entrevista com a psicóloga do Centro de Atendimento às Vítimas de Violência e Discriminação de Vitória (CAVVID), Dra. Cristiana Travassos, responsável pelo atendimento a mulheres vítimas de violência, suas famílias e aos agressores. Ela explicou como é o trabalho no local e comentou a importância de se trabalhar o psicológico das mulheres agredidas e tentar fazer com que elas entendam que elas não devem aceitar serem violentadas. Com os homens, a atenção é voltada para fazê-los entender que não podem agredir.

Às 14h do mesmo dia, após o fim das duas primeiras entrevistas, fomos à Delegacia Especializada de Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência (DEAM) de Vitória, onde aconteceria a terceira entrevista, com a Delegada de Polícia Civil Dra. Arminda Rosa Rodrigues. Ela foi considerada por nós como fonte primordial do documentário, uma vez que é a voz para todas as questões jurídicas e sociais relacionadas ao tema. Em seu depoimento, a delegada ressaltou a questão cultural intrínseca à violência, rodeada de ideais machistas e de dominação próprios da sociedade patriarcal; falou sobre o ciclo da violência, realidade vivida em muitos lares do Espírito Santo e de todo o Brasil; comentou sobre os principais motivos e agravantes que levam um homem a agredir, além as consequências para os familiares e pessoas que convivem de perto com a situação de violência. Enfatizou a situação da violência doméstica no ES, especialmente na Grande Vitória, e fala ainda sobre a dificuldade de denunciar, os principais medos das mulheres ameaçadas pelos seus maridos e presas dentro de suas próprias casas.

Depois de finalizada a conversa com a delegada, passamos o resto da tarde na Delegacia gravando pequenos relatos de pessoas que compareceram para denunciar diferentes tipos de agressão. Três vítimas contribuíram contando o motivo que as levou até o local e

explicando brevemente como aconteceu. Uma acompanhante também foi ouvida como amiga de uma das vítimas. Tentamos, ainda, gravar o relato de um agressor que também chegou à Delegacia, mas apenas uma pequena parte foi aproveitada no documentário, visto que em um dado momento ele não quis mais ser filmado. Além das entrevistas, fizemos imagens da área externa e interna da Delegacia, nessa última, focando os registros de ocorrência, as pessoas na sala de espera e a estrutura física do órgão.

15.11.2013

Na sexta-feira, nos dedicamos a produzir uma pequena “simulação” com imagens que pudessem ser úteis na composição do documentário, haja vista a dificuldade de se resgatar imagens reais do exato momento em que aconteceram as situações de violência exploradas no trabalho. A gravação foi feita por volta das 19h, quando a luz do dia já começava a cair e ficaria mais fácil para a captação de sombras pela câmera. Assim, contamos com a colaboração de dois conhecidos, um homem e uma mulher, para filmar duas situações distintas na garagem de um prédio localizado em Jardim da Penha, bairro de Vitória. Em um primeiro momento, arrumamos uma garrafa de vidro de cerveja e pedimos para que o homem a quebrasse em uma estrutura de concreto, mais precisamente um conjunto de bloquetes empilhados, que estava colocada próxima a uma das paredes da garagem. A intenção era reconstruir momentos de ira comuns em casos de agressão e utilizar objetos tipicamente usados na prática da violência, como a bebida e o vidro. Essas imagens não foram utilizadas no documentário porque, no momento da edição, observamos que elas não estavam se encaixando bem com o que as fontes falavam e não tinham uma carga suficiente de significado para aparecerem isoladamente.

16.11.2013

No sábado à tarde, entrevistamos uma das personagens do documentário, a auxiliar de serviços gerais Raniele Barbosa da Silva, de 22 anos. Ela viveu oito meses com um homem que a agredia verbal e fisicamente e, quando ela decidiu se separar, ele começou a ameaçar a ela e à sua família de morte. Uma semana antes da nossa conversa, ele tentou matá-la no meio da rua com 18 facadas, quando ela voltava do trabalho, por volta das 13h. Ele foi preso em flagrante e responde em regime fechado. A entrevista aconteceu na casa da irmã de Raniele, onde ela está morando desde que se separou. Ainda bastante machucada, ela participou do trabalho lembrando as experiências que viveu enquanto morava com o ex-companheiro,

contando as agressões que sofreu e relatando com detalhes o dia em que foi esfaqueada. Em seguida, entrevistamos uma das irmãs da jovem, que está cuidando dela neste processo de recuperação física e mental. Nádila Barbosa da Silva falou sobre o impacto do acontecido sobre toda a família, e lembrou a relação sempre conturbada dos familiares com o agressor. O objetivo dessa entrevista foi mostrar o sentimento das pessoas próximas à vítima diante de uma situação de violência, especialmente quando ela atinge níveis quase fatais.

Depois desse diálogo, seguimos para o Plantão Especializado da Mulher (PEM), localizado no bairro Ilha de Santa Maria em Vitória. Chegamos ao órgão às 19h e fomos embora às 7h do outro dia, tentando captar o máximo de material necessário para o trabalho final. Ao longo dessas doze horas, presenciamos cerca de 20 flagrantes de violência doméstica; os casais vinham, principalmente, da região periférica da Grande Vitória, que abrange as cidades de Cariacica, Vila Velha e Serra, mas também houve casos de agressão na capital. No começo da noite, o movimento estava relativamente pequeno, aumentando gradativamente à medida que a madrugada se aproximava. Assim que chegamos, como ainda não havia ninguém na espera, pedimos à escrivã de plantão que fizesse a leitura de alguns Boletins de Ocorrência para que pudéssemos aproveitar as imagens depois. Utilizamos as duas câmeras e, enquanto ela lia, uma filmava o B.O. em diferentes ângulos e outra a própria escrivã. Quando o primeiro casal chegou conduzido por policiais militares, começamos a acompanhar os atendimentos. Observamos que grande parte dos agressores e até das vítimas estava sob efeito de álcool, quando não de outros entorpecentes, o que confirmou as estatísticas que apontam a bebida e outras drogas como agravantes da violência.

A Dra. Arminda Rodrigues e a Dra. Ana Elisa Marrara, delegada que estava de plantão naquele fim de semana, nos autorizaram a realizar imagens do que fosse necessário, inclusive dos momentos em que os casais iriam depor perante a delegada e dos agressores que ficariam provisoriamente na cela do Plantão até ser decidido seu destino. Como já estávamos há muitas horas com as duas câmeras ligadas, acabou o espaço em memória da *Nikon D90* e a *Sony* ficou com pouca bateria, o que limitou o nosso volume de material filmado e acabou nos obrigando a selecionar os casos que entrariam na gravação. Sendo assim, entrevistamos duas vítimas e dois agressores e dedicamos o restante do tempo às imagens. A primeira ouvida foi Marilaine, uma técnica em enfermagem residente em Vitória que havia levado um chute do marido, além de diversas agressões verbais que, segundo ela, eram comuns sempre que ele bebia. A outra mulher a falar foi Elizângela, que, apesar de sofrer violência há anos, resolveu procurar a justiça só depois que o companheiro agrediu a filha dos dois também. A

adolescente acompanhou a mãe, mas não quis gravar entrevista. As duas vítimas não quiseram mostrar o rosto e, por isso, deram seus depoimentos de costas.

Quando a cela do plantão já estava ocupada por cinco homens aproximadamente, fomos até lá para ver se algum deles queria participar do documentário e dois se dispuseram. Como já esperávamos, depois do tempo de pesquisa, os dois negaram que tinham sido violentos com a mulher. O primeiro, João, assumiu ter dado um puxão de cabelo na companheira, mas não considerava isso como agressão. O segundo, Marcos, disse que só teve uma discussão verbal com sua mulher, mas que não houve violência. Além das entrevistas, fizemos imagens da área externa do Plantão, onde os casais chegavam acompanhados pelos PMs, dos registros feitos pelos investigadores da Polícia Civil, dos depoimentos aos escrivães e à delegada, bem como de documentos e armamentos disponíveis no Plantão. Foram filmadas também a fachada frontal do prédio e as viaturas estacionadas na frente. Quando amanheceu e o movimento caiu, fomos embora.

17.11.2013

No domingo, último dia de gravações, tínhamos duas entrevistas agendadas: uma com a personagem Lígia Mara Pereira e uma com a Guarda Municipal. Lígia ligou desmarcando o encontro, que aconteceria às 10h da manhã, devido a imprevistos pessoais. Às 15h encontramos dois policiais da Guarda. Eles decidiram quem seria entrevistado e o outro contribuiu com uma conversa não gravada, dando algumas explicações e acompanhando a filmagem. O entrevistado, Soldado Padilha, falou sobre o trabalho da Patrulha Maria da Penha no atendimento aos casos de violência doméstica acionados pelo Botão do Pânico, destacando o processo de comunicação entre a central e as viaturas, a agilidade da guarda e os principais casos que eles encontram nesse tipo de trabalho. Depois da gravação, pedimos a eles que demonstrassem como seria a ação de busca pelo foco de agressão. Assim, fizemos imagens do smartphone “recebendo” um sinal da central de videomonitoramento e depois da viatura saindo em grande velocidade, com a sirene ligada, atrás do “agressor”. O fim do percurso foi no próprio posto da Guarda Municipal, onde filmamos as viaturas que entravam e saíam do estacionamento e as que estavam paradas, incluindo as destinadas especificamente para os casos de Botão do Pânico, que são adesivadas com a marca da Patrulha Maria da Penha. Gravamos imagens também do armamento dos guardas, pois julgamos que elas poderiam ser úteis para cobrir entrevistas e compor o documentário.

Após a entrevista, paramos em uma praça no bairro Jardim da Penha, onde tinha um pequeno parque de diversões vazio. Fizemos imagens dos balanços e dos outros brinquedos, utilizadas no documentário.

3.3 Pós-produção

O roteiro (que segue em anexo no fim do trabalho) foi aperfeiçoado à medida que as entrevistas foram sendo feitas, já que, conforme mencionado na produção, algumas fontes tiveram que ser descartadas e outras foram substituídas, em função dos próprios depoimentos encontrados. Este foi, assim, um dos últimos passos na produção do documentário em questão. Contudo, é preciso deixar claro que se trata de um aperfeiçoamento, já que foi criado por nós, antes de ir a campo para a captação das entrevistas e imagens, um pré-roteiro, contendo as ideias iniciais e direcionamentos para o desenvolvimento do produto final.

Com as entrevistas realizadas e imagens gravadas, iniciamos a decupagem do material, feito de maneira conjunta pelas duas integrantes. A decupagem é o processo que descrevemos minuciosamente todo o conteúdo disponível para a pós-produção. A partir disso, avaliamos o que é essencial para compor o trabalho e aquilo que pode ser “deixado de lado”. A partir daí, selecionamos as partes mais interessantes dos depoimentos e construímos um roteiro que atingiria nosso objetivo: evidenciar a violência contra a mulher na Grande Vitória.

Com os trechos mais importantes selecionados, passamos a escolher a trilha sonora e as possíveis artes que comporiam nosso trabalho. A trilha sonora escolhida abrangeu músicas que trazem consigo uma história em defesa das mulheres, retratando a realidade e muitas vezes criticando o modo como são tratadas pela sociedade. Realizada esta etapa, confeccionamos o roteiro final, considerando também as imagens que seriam utilizadas no processo de edição. A fim de facilitar esta última etapa do processo, realizada por um terceiro, optamos por dividir o documentário em quatro subtemas: Vítimas da Violência, Violência no Espírito Santo, Outros envolvidos e Finalização.

Introduzimos o tema com uma sequência de chamadas televisivas veiculadas na mídia local sobre violência contra mulher. O objetivo era além de estabelecer a relação do tema com o jornalismo diário, evidenciar o problema na Grande Vitória e o modo como é tratado pela a mídia local. A partir disso trouxemos, aliado a esta primeira apresentação do tema, relatos de conflitos e agressões. Neste momento apresentamos nossas personagens, vítimas de violência.

Na segunda parte, intitulada como *Violência na Grande Vitória*, optamos por apresentar o cenário encontrado na Grande Vitória. Por meio do depoimento de autoridades e especialistas e até mesmo de reportagens de jornais da região, expomos a realidade da violência doméstica contra a mulher, em um estado pequeno, mas grande em número de homicídios.

Em *Outros envolvidos*, familiares de vítimas são abordados e contam como a violência atingiu as suas vidas. Além deles, agressores também foram escutados. Nesta etapa do documentário, tentamos dar voz a quem, direta ou indiretamente, está envolvido em uma [ou em muitas] história(s) de violência.

A última parte do vídeo, indicada como finalização, compreendeu o desfecho da história das mulheres vítimas de violência. O objetivo era mostrar como a vida delas se transformou após a denúncia e incentivar tantas outras a romper este silêncio.

3.4 Imagens, edição e arte

A edição do documentário *A voz do silêncio*, foi realizada pelo jornalista Fábio de Farias Moura, contratado pelas integrantes para assumir tal função. O processo foi acompanhado a distância pelas integrantes, sendo feito um contato diário via internet, por onde eram repassados todos os direcionamentos de cortes, artes e imagens, já detalhados no roteiro entregue ao editor.

Apesar de a edição ter sido realizada por um terceiro, as sequências temáticas existentes no documentário foram escolhidas pelas integrantes. Mesmo não participando diretamente da edição do produto final, nós nos envolvemos em todo o processo de produção e direção do trabalho, instruindo e guiando o projeto para que ele chegasse ao resultado esperado. A primeira versão apresentada à orientadora Mariana Procópio continha um esqueleto do projeto, com a edição um pouco adiantada, uma estrutura já definida de imagens e entrevistas. Posteriormente, foi apresentada a versão finalizada, contendo as artes, efeitos e trilha sonora.

As músicas foram escolhidas diante da representação que elas apresentam do tema. A maioria delas traz críticas ao modo como a mulher é vista e tratada pela sociedade, outras, valorizam o papel do sexo feminino. Os softwares utilizados no processo de pós-produção são da *Adobe Systems*, sendo *Adobe Premiere* - plataforma de edição de vídeo e áudio; *Adobe*

Illustrator - plataforma de tratamento de imagens; e *Adobe AfterEffects* - plataforma de finalização de vídeos.

Os trabalhos de edição começaram através do *Adobe Premiere*, com o qual o editor fez os primeiros recortes para construir o documentário, que posteriormente foram agrupados de acordo com a indicação do roteiro. Apenas algumas questões técnicas foram alteradas no produto, como correções de imagens e de áudio, que em alguns momentos teve de ser equilibrado em razão da utilização de duas câmeras para gravação no processo de captação de entrevistas e devido a mudanças de locações. Para realizar estas correções, o editor utilizou o *Adobe Illustrator* e o *Adobe Premiere*. Após todo o processo de edição, o produto final foi concluído em 10 dias e tem 33 minutos e 47 segundos de duração.

3.5. Orçamento, materiais e cronograma

Orçamento

DESCRIÇÃO	VALOR
Passagens (Viçosa x Vitória)	R\$100,00
Ônibus urbano (deslocamento em Vitória)	R\$140,00
Fitas	R\$80,00
Bateria Sony	R\$119,00
DVDs e capas	R\$10,00
Edição	R\$600,00
Impressão (cópias do memorial e encadernação)	R\$35,00

Materiais

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
01	Câmera profissional Nikon D90
01	Filmadora Sony
01	Tripé
01	Microfone lapela
02	Bateria da câmera Sony
02	Bateria da câmera Nikon D90
02	Carregador de bateria (2 câmeras)
06	Fita de gravação
01	Gravador de áudio
02	Notebook Samsung
01	HD externo 500GB Samsung
03	Pendrive

Cronograma

Atividades/Períodos	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan
---------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Reuniões de Orientação			X	X	X	X
Pré-produção	X	X	X			
Produção			X	X	X	X
Pós-produção						X
Defesa do TCC						X

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto de estudo escolhido por nós já era, por si só, desafiador. Lidar com o sofrimento e a intimidade mais dura da vida de uma mulher está longe de ser uma tarefa simples e, embora já esperássemos por isso, fomos surpreendidas a cada nova conversa e por todos os lugares que passamos. Quando decidimos conhecer a história de mulheres em situação de violência doméstica, estávamos cientes de que era necessário estarmos preparadas, mas não esperávamos encontrar casos tão trágicos e repletos de crueldade.

Acreditamos que a opção de materializar o trabalho na forma de um videodocumentário foi acertada, uma vez que o gênero, por ser autoral, permite uma relação intensa de nossa parte para com as fontes e os objetos filmados. Uma das grandes novidades foi estarmos à frente de todas as etapas do documentário, atuando como produtoras, diretoras e cinegrafistas, o que exigiu de nós um esforço maior em áreas que tínhamos pouca experiência – como a cinegrafia – mas, em contrapartida, resultou em um enorme aprendizado em diferentes aspectos. O fato de termos desenvolvido todas as fases em dupla também facilitou para que a conclusão do produto e do memorial ocorresse sem grandes problemas.

Em relação à experiência com a violência doméstica contra a mulher, a nossa percepção é de que ainda há muito o que se fazer, e por isso, optamos por divulgar e colocar em evidência o problema no Espírito Santo, mas que se repete em todas as partes do país e do mundo. Observamos falhas na aplicação da Lei Maria da Penha, como a possibilidade de pagamento de fiança para a resolução dos crimes e o pouco acompanhamento psicológico dado aos homens agressores, havendo forte índice de reincidência do cometimento da violência. Consideramos que esses problemas influenciam no medo que as mulheres têm de denunciar e acabam contribuindo para a repetição do ciclo da violência dentro das casas.

De tudo, o que mais nos marcou foi a incrível vontade que essas mulheres têm de viver, mesmo diante das lembranças de uma vida extremamente machucada. Apesar das ameaças, dos riscos e das cicatrizes deixadas pelo machismo de seus companheiros, elas tiveram forças para lutar contra eles e começar de novo, com novos planos e um novo sorriso

no rosto. Hoje, temos a certeza de que a sensibilização trazida por esse trabalho deixa em nós o desejo de nunca mais fechar os olhos para a realidade da violência doméstica, que assola mulheres em todos os lugares do planeta e vai muito além de números. Esperamos deixar essa mesma mensagem para os espectadores do documentário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2006.

Brasil. Ministério da Saúde. DATASUS. Conferência Nacional de Saúde. *A violência contra a mulher é também uma questão de saúde pública*. Disponível em: http://www.datasus.gov.br/cns/temas/tribuna/violencia_contra_mulher.htm Acessado em 22 de julho de 2013.

DAY, Vivian. Violência doméstica e suas diferentes manifestações In: *Revista Psiquiatr.* Rio Grande do Sul, 25(suplemento 1): 9-21, abril 2003.

GUIMARÃES, C. & LIMA, C. “A ética do documentário: o Rosto e os outros”. In: *REVISTA Contracampo*, Niterói, UFF (2007/2).

JESPERS, Jean-Jacques. *Jornalismo televisivo*. Coimbra: Minerva, 1998.

LUCENA, Luiz Carlos. *Como fazer documentários conceito, linguagem e prática de produção*. São Paulo: Summus, 2012.

MELO, C.T.V., GOMES, I.M.,MORAIS, W. *O documentário jornalístico, gênero essencialmente autoral*. Anais do 24. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Campo Grande/MS, setembro 2001 [cd-rom]. São Paulo, Intercom/Portcom: Intercom, 2001.

MENICUCCI, Felipe. *Notícias em cena- o registro de acontecimentos sociais através do “Cinejornal Matraca”*. Viçosa, 2009. Disponível em <http://www.com.ufv.br/pdfs/tccs/2009/felipemenicucci.pdf>

MORAES, Jô. *Violência doméstica - fragmentos de uma caminhada*. Brasília: Centro de Documentação e Informação Edições Câmara, 2013.

NADER, Maria Beatriz. *Mapeamento de perfil sócio-demográfico dos agressores e das mulheres que procuram a delegacia especializada em atendimento à mulher Vitória (ES)*. In: Anais eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 9. Florianópolis, 2010.

NADER, Maria Beatriz; MORGANTE, Mirela. *Violência de gênero: valores e comportamentos em conflito- DEAM (2003)*. In: Anais eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. Florianópolis, 2013.

NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*. Campinas: Papirus Editora, 2008.

NUNES, Pedro Sena (retrospectiva de) 2000, *Edição do V Festival Nacional de Vídeo de Ovar, Câmara Municipal de Ovar*, 2010.

PEDUZZI, Pedro. *Maria da Penha diz que lei só no papel não funciona*. Agência Brasil, 2013.

PENAFRIA, Manuela. 1999. *Perspectivas de desenvolvimento para o documentarismo*. Disponível em <<http://bocc.ubi.pt/pag/penafria-perspectivas-documentarismo.html>>. Acessado em 18 de novembro de 2013.

PENAFRIA, Manuela. 1998. *Unidade e diversidade do filme documentário*. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/penafria-manuela-filme-doc.html>>. Acessado em 18 de novembro de 2013.

PUCCINI, Sérgio. *Roteiro de documentário: da pré-produção à pós-produção*. Coleção Campo Imagético. Campinas, SP: Papirus, 2009.

RAIMONDI, Ronaldo. A atuação da Polícia Militar do Espírito Santo frente à violência doméstica. Monografia apresentada ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Espírito Santo. Faculdade Brasileira: 2013.

RAMOS, Fernão Pessoa. *A cicatriz da tomada: documentário, ética e imagem intensa*. In: Teoria contemporânea do cinema- volume II. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

RAMOS, Fernão Pessoa. "O que é documentário?". In: *Estudos Socine de cinema*. Porto Alegre: Sulina, 2001, pp. 192-206.

ROCHA, Leonardo Coelho. *O caso Ônibus 174: Entre o documentário e o telejornal*. Centro Universitário de Belo Horizonte-UNI-BH, 2010. (<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rocha-leonardo-documentario-telejornal.html>).

SILVA, L.L. ET AL. *Silentviolence: psychologicalviolence as a conditionofdomesticphysicalviolence*. Interface - Comunic., Saúde, Educ., v.11, n.21, p.93-103, jan/abr 2007.

SOARES, Sérgio José Puccini. *Documentário e roteiro de Cinema: da pré-produção à pós-produção*. Campinas, SP: [s.n.], 2007.

SOUZA, Gustavo. Aproximações e divergências entre documentário e jornalismo. *UNirevista*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 3, 2006. Disponível em: http://www.unirevista.unisinos.br/pdf/UNIrev_Souza.pdf.

_____.(org.) *Teoria Contemporânea de Cinema: Documentário e narrativa ficcional*. Vol. II. São Paulo: Senac, 2005.

ANEXOS

ROTEIRO DE DOCUMENTÁRIO

INÍCIO

Para começar o vídeo, utilizamos diversas chamadas de TV com dados e/ou novidades a respeito do tema violência doméstica contra a mulher na Grande Vitória. São aproveitadas falas de âncoras, passagens de repórteres e trechos de OFFs com informações sobre o assunto.

PRIMEIRA CHAMADA

*Imagens de arquivo da TV (telejornais Jornal Capixaba, Record News e TV Tribuna)

SEGUNDA CHAMADA

TERCEIRA CHAMADA

QUARTA CHAMADA

QUINTA CHAMADA

SEXTA CHAMADA

SÉTIMA CHAMADA

Logo depois, entram imagens do Plantão Especializado da Mulher seguidas da escritã lendo Boletins de Ocorrência. A voz em off é coberta por imagens do arquivo da delegacia, dos próprios B.O.s, das mulheres no local de espera e na sala da delegada, dos agressores. Na sequência, aparece a fala da psicóloga e da delegada.

DRA. CRISTIANA TRAVASSOS (PSICÓLOGA)

DRA. ARMINDA ROSA RODRIGUES (DELEGADA)

Nessa primeira parte agrupamos também pequenos depoimentos de 4 mulheres que foram vítimas de violência doméstica. Será um primeiro relato em frases curtas com o objetivo de apresentar as personagens. Preferimos prender a atenção do telespectador para escutar as histórias destas mulheres e o Optamos por não ter uma personagem principal, pois

acreditamos que cada caso tem suas particularidades e merece evidência no documentário, além de demonstrar que todos os tipos de violência são relevantes e precisam ser abordados.

PRIMEIRA MULHER

*Imagens das próprias mulheres. Se houver alguma parte do corpo que mereça ser evidenciada pela câmera, como uma cicatriz ou um movimento repetitivo, será feito.

SEGUNDA

TERCEIRA

QUARTA

VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA

Após os pequenos depoimentos das mulheres, o documentário entra numa segunda fase, quando o tema começa a ser efetivamente explorado. Nesta etapa, a intenção é mostrar a quem a violência atinge e quais são as mulheres mais vulneráveis. Vamos utilizar depoimentos da Dra. Arminda Rosa Rodrigues, delegada coordenadora da Delegacia da Mulher de Vitória - ES e de uma psicóloga ou assistente social que realize atendimento na casa de acolhimento a vítimas de violência em Vitória, a Casa do Cidadão. Também virá o relato do escrivão da delegacia lendo algumas ocorrências que evidenciem os vários perfis de mulheres vítimas de violência, alternados com as histórias das 4 personagens.

Ainda nesta fase, serão abordados os diferentes tipos de violência e os principais motivos que levam à agressão. Exploraremos depoimentos de mulheres que contem sobre as ameaças, xingamentos, humilhações ou qualquer forma de agressão psicológica por parte do companheiro para, de antemão, reforçar que a violência não é só física, mas pode também se manifestar de outras maneiras. A delegada conduzirá a alternância dos depoimentos ao explicar os tipos de violência existentes na sociedade e como se manifestam. Ela abordará também as principais causas da violência doméstica (motivos mais comuns que levam os homens a agredir). Temos a intenção, ainda, de mostrar flagrantes na delegacia, com depoimentos rápidos de vítimas e agressores.

DRA. ARMINDA ROSA

*Imagens de mulheres andando na rua

*Imagens da delegada

PSICÓLOGA/ASSISTENTE SOCIAL

ESCRIVÃO *Imagens do escrivão lendo, das próprias ocorrências e dos momentos de registro das denúncias

MULHER AMEAÇADA 1 *Imagens das casas das mulheres, de álcool e drogas (fatores que influenciam a agressão), de objetos que foram usados em alguma das agressões. Vamos trazer mulheres de diferentes idades, classes sociais e situações de violência.

MULHER AMEAÇADA 2

MULHER AMEAÇADA 3

DELEGADA

VÍTIMA

VÍTIMA

VÍTIMA

FLAGRANTE *Imagens do momento da denúncia, do agressor algemado, polícia, delegacia.

Aproveitando o flagrante, exploraremos a questão da denúncia e de como ela é problemática em muitos casos. A delegada contará sobre a dificuldade que muitas mulheres encontram em denunciar ou em levar a denúncia até o fim, e porque isso acontece. Para ilustrar as falas dos especialistas, as próprias personagens do vídeo que já denunciaram contarão de suas experiências com a denúncia. Aproveitando esta temática e vendo a forte relação da dificuldade de denunciar com o fato de o ciclo da violência se repetir inúmeras vezes em algumas casas, utilizaremos este espaço para explicar como se dá este ciclo a partir da visão da delegada, da psicóloga e das mulheres agredidas.

DELEGADA

FLAGRANTE *Imagens do momento do flagrante, do tratamento dos policiais para com as vítimas e agressores. Imagens (com uso de

sobe som) da conversa entre delegada e vítima, do momento do boletim de ocorrência, de atendimentos na casa de acolhimento.

FLAGRANTE

PSICÓLOGA

DELEGADA

PERSONAGENS

PSICÓLOGA

A VIOLÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

Nessa segunda parte, traremos dados sobre o Espírito Santo. Apesar de iniciarmos o documentário com as chamadas que reforçam nossa escolha, vamos buscar uma explicação para tanta violência doméstica dentro do estado. Vamos também mostrar quais medidas e programas têm sido utilizados na tentativa de reverter este quadro. Neste momento, abordaremos uma das peculiaridades, que é o Botão do Pânico. A partir de depoimentos da juíza criadora do projeto, de vítimas que fazem uso do objeto e de policiais que atendem casos acionados pelo botão, vamos mostrar as dificuldades e o trabalho realizado na Grande Vitória.

DELEGADA

*Imagens de mulheres fazendo uso do botão, funcionamento, controle dos acionamentos por GPS, policiais realizando flagrantes, carros de polícia, guarda municipal (imagens que evidenciem a presença de um número grande de policiais na Grande Vitória)

MULHERES QUE USAM O BOTÃO OU JÁ USARAM

GUARDA MUNICIPAL

OS OUTROS ENVOLVIDOS

Nesta etapa do documentário, pretendemos dar voz a quem, direta ou indiretamente, está envolvido em uma [ou em muitas] histórias de violência. Esta parte contará com a participação de parentes de mulheres agredidas, que presenciaram agressões e/ou acompanharam o sofrimento. Quem vai contribuir também é uma psicóloga que realiza atendimento a vítimas, a agressores e a famílias na Casa do Cidadão de Vitória. Ela poderá falar de suas próprias percepções, de como é o trabalho de lidar com os envolvidos. Por fim, homens que agrediram também podem aparecer nessa parte. Eles terão espaço para contar os motivos que os levaram a cometerem o crime, como se sentem, etc.

PARENTES (filhos, mãe, irmãos)

ASSISTENTE SOCIAL ou PSICÓLOGA

VÍTIMAS

AGRESSORES

FINALIZAÇÃO

Na última parte vamos trazer a conclusão das histórias das 4 personagens. Vamos mostrar como elas vivem hoje depois de terem denunciado as agressões e como se sentem diante de tudo o que passaram. O objetivo nesta etapa é evidenciar a importância da denúncia através dos depoimentos das vítimas e também da delegada e, de certa forma, incentivar as mulheres que se encontram em situação de violência a procurarem ajuda.

DELEGADA

MULHER 1

*Imagens das mulheres atualmente, da rotina delas, de como é o dia-a-dia depois da denúncia

MULHER 2

MULHER 3

MULHER 4

TRILHA SONORA